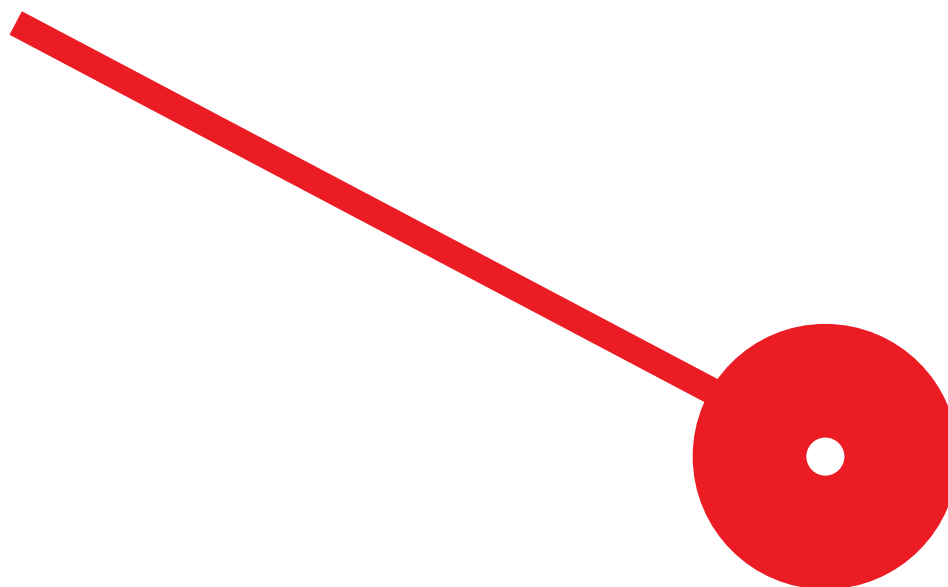


M MESTRADO
CONTABILIDADE E FINANÇAS

Impacto da qualidade do relato financeiro e não financeiro na tomada de decisão: o papel da *corporate governance*, auditoria e controlo interno

Mónica Rafaela Ferreira Pires

10/2022

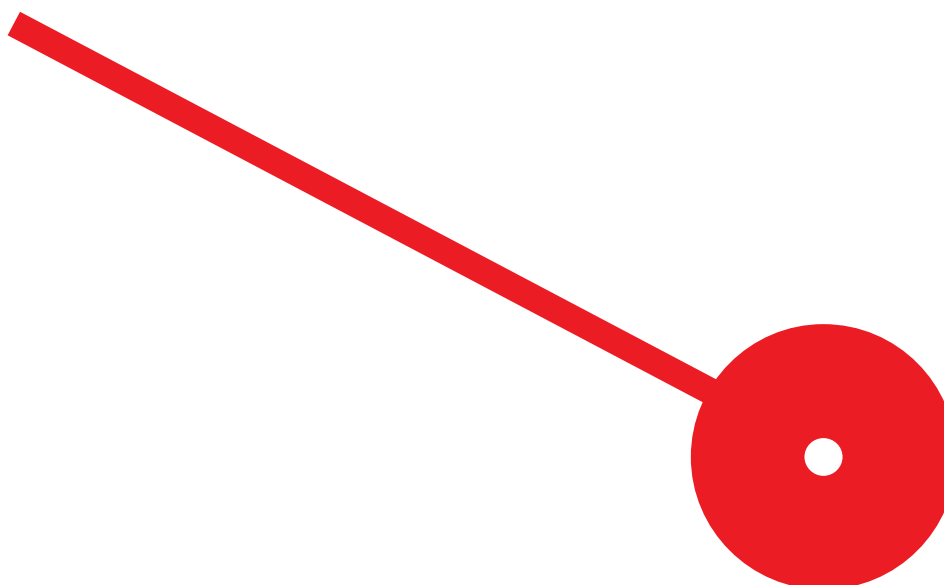


M MESTRADO
CONTABILIDADE E FINANÇAS

Impacto da qualidade do relato financeiro e não financeiro na tomada de decisão: o papel da *corporate governance*, auditoria e controlo interno

Mónica Rafaela Ferreira Pires

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob orientação da Professora Doutora Albertina Paula Moreira Monteiro.



Dedicatória

Dedico este trabalho à minha filha, princesa Ritinha, que adoro incondicionalmente, pelas ausências, pela compreensão, pelas horas de atenção e brincadeiras que lhe devo. Foi ela o meu grande suporte nesta caminhada.

Agradecimentos

Um trabalho de mestrado é um longo desafio, com muitos percalços pelo caminho e apesar de ser um processo solitário, reúne contributos de várias pessoas, indispensáveis para encontrar o melhor rumo em cada momento da caminhada, e às quais quero deixar o meu profundo agradecimento.

Em primeiro lugar quero agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Albertina Monteiro, que sempre acreditou em mim. Agradeço a orientação exemplar, marcada por um elevado e rigoroso nível científico, uma visão crítica e oportuna, o qual contribuiu para enriquecer, com grande dedicação, o trabalho realizado em todas as etapas desta dissertação.

Agradeço a todos os contabilistas certificados em Portugal registados na Ordem dos Contabilistas Certificados que participaram nesta investigação.

Agradeço a todos os meus amigos e colegas de trabalho, em especial Ana Correia, Teresa Soares e Tiago Vale, pelo apoio e disponibilidade e, principalmente, por estarem presentes nesta fase da minha vida.

Agradeço ao meu marido, André Vidinha, pelo amor, partilha, companheirismo, apoio incondicional e compreensão, contribuindo para chegar ao fim deste percurso.

Por último, um agradecimento muito especial, aos meus pais e aos meus sogros, pelo apoio, carinho incondicional e total disponibilidade para com a minha filha, sem eles este percurso não teria sido possível.

Resumo:

Os gestores, que diariamente tomam decisões, precisam de conhecer, planejar e controlar a atividade empresarial. Por esta razão, deverão ter à sua disposição informação de qualidade que permita a tomada de decisão com sucesso.

O objetivo deste estudo é analisar o impacto da qualidade e utilidade do relato financeiro e não financeiro no sucesso da tomada de decisão, assim como o papel da *corporate governance*, da função de auditoria e do sistema do controlo interno. Neste estudo, de natureza quantitativa, foi aplicado um questionário *online* aos contabilistas certificados de pequenas, médias e grandes empresas portuguesas sujeitas a auditoria. A técnica de equações estruturais foi aplicada para avaliar as relações entre os construtos do modelo teórico proposto.

Tendo por base 284 observações, os resultados mostram que a qualidade da *corporate governance* e a qualidade da função de auditoria têm impacto na qualidade do sistema de controlo interno. Por sua vez, a qualidade do sistema de controlo interno influencia tanto a qualidade do relato financeiro como a qualidade do relato não financeiro, variáveis que se revelam determinantes para a utilidade do relato na tomada de decisão. Por último, a utilidade do relato na tomada de decisão mostra-se uma variável preditiva no sucesso da tomada de decisão. As variáveis explicativas do modelo, determinam 58% de variância da variável dependente.

Este estudo apresenta como principal limitação a dimensão da amostra, o que não permite generalizar as conclusões. Esta investigação revela-se pertinente para a literatura existente, na medida que avalia um modelo original e complexo. Em termos práticos é importante para os contabilistas certificados portugueses, uma vez que evidencia a importância da qualidade da informação financeira e não financeira, e para os gestores, no sentido que identifica os fatores que contribuem para o sucesso da tomada de decisão.

Palavras chave: Qualidade da *Corporate Governance*; Qualidade da Função de Auditoria; Qualidade do Sistema de Controlo Interno; Qualidade do Relato Financeiro; Qualidade do Relato Não Financeiro; Sucesso da Tomada de Decisão.

Abstract:

Manager, making daily decisions, need to know, plan and control managerial activity. As such, they should be able to have at their disposal high quality information allowing a successful decision making process.

This study's main purpose is to analyse the impact of quality and usefulness of financial and non financial reporting in the success of decision-making, as well as the role of Corporate governance, the audit function and the internal control system. In this quantitative study, small, medium and big sized portuguese companies' certified accountants were asked to complete an online questionnaire. The Structural Equation Modelling technique was used to evaluate relations within the theoretical model constructs.

Based upon 284 observations, results show that the quality of corporate governance and of the audit function have impact on the quality of the internal control system. In its turn the internal control system quality influences both the financial and non-financial reporting, variables that are determinant for the usefulness of reporting in the decision making process. Finally, usefulness of reporting in the decision making process shows itself to be a predictive variable in the success of decision making. The explanatory variables of the model determine 58% of the variance of the dependent variable.

This study's main limitation is the sample size, that does not allow to form general conclusions. This investigation reveals itself pertinent to the existing literature, in the sense that it evaluates an original and complex model. In practical terms it is important for portuguese certified accountants since it highlights the importance of the quality of financial and non financial reporting and, for managers in the sense that it identifies the factors that contribute to the success of decision making.

Key words: Quality of Corporate Governance; Quality of Audit Function; Quality of Internal Control System; Financial Report Quality; Non-Financial Report Quality; Decision Making Success.

Índice geral

Capítulo I – Introdução.....	1
Capítulo II – Revisão da literatura.....	5
2.1 <i>Corporate governance</i>	6
2.1.1 Definição de <i>corporate governance</i>	6
2.1.2 Dimensões da <i>corporate governance</i>	6
2.1.3 Perspetivas teóricas no âmbito da <i>corporate governance</i>	10
2.1.4 Qualidade da <i>corporate governance</i>	12
2.2 Qualidade da função de auditoria	14
2.2.1 Definição de função de auditoria.....	14
2.2.2 Dimensões da função de auditoria.....	15
2.2.3 Fatores determinantes da qualidade da função de auditoria	16
2.3 Qualidade do sistema de controlo interno	17
2.3.1 Definição de sistema de controlo interno	18
2.3.2 Qualidade do sistema de controlo interno	20
2.3.3 Dimensões e determinantes da qualidade do sistema de controlo interno...	20
2.3.4 Impactos da qualidade do sistema de controlo interno.....	21
2.4 Qualidade do relato financeiro	23
2.4.1 Definição e características qualitativas do relato financeiro	23
2.4.2 Determinantes da qualidade de relato financeiro.....	25
2.5 Qualidade do relato não financeiro.....	26
2.5.1 Importância da informação não financeira	26
2.5.2 Definição de informação não financeira.....	27
2.5.3 Determinantes da qualidade do relato não financeiro.....	28
2.6 Utilidade do relato na tomada de decisão.....	28
2.7 Sucesso na tomada de decisão	30
Capítulo III – objetivos, modelo conceptual e hipóteses de pesquisa	31

3.1	Objetivos da investigação.....	32
3.2	Modelo conceptual	32
3.3	Hipóteses de investigação.....	33
Capítulo IV – Metodologia de investigação		36
4.1	Instrumentos de pesquisa.....	37
4.2	Pré-teste	37
4.3	Estrutura do inquérito por questionário	37
4.4	Processo de seleção da amostra e recolha de dados	41
4.5	Procedimentos estatísticos na análise de dados.....	42
4.5.1	Análise preliminar dos dados.....	42
4.5.2	Avaliação do modelo de medida.....	43
4.5.3	Avaliação do modelo estrutural	44
Capítulo V – Análise e discussão dos resultados		46
5.1	Análise preliminar dos dados	47
5.1.1	Tratamento dos dados em falta	47
5.1.2	Análise da tendência central e da normalidade.....	47
5.1.3	Análise dos dados extremos	48
5.1.4	Análise da dimensão da amostra.....	48
5.2	Caraterização da amostra.....	49
5.2.1	Caraterização do inquirido.....	49
5.2.2	Caraterização da empresa	50
5.3	Avaliação do modelo de medida	52
5.4	Avaliação do modelo estrutural.....	55
5.5	Análise complementar	57
5.6	Discussão dos resultados	59
Capítulo VI – Conclusão		61
6.1	Principais conclusões.....	62

6.2	Contribuições do estudo	64
6.3	Limitações do estudo	65
6.4	Perspetivas para investigações futuras	65
	Referências bibliográficas	66
	Apêndices	81

Índice de Figuras

Figura 1: Estrutura do trabalho.....	4
Figura 2: Dimensões da <i>corporate governance</i>	8
Figura 3: Dimensões da função de auditoria	15
Figura 4: Cubo do sistema de controlo interno.....	19
Figura 5: Modelo conceptual.....	32
Figura 6: Género.....	49
Figura 7: Idade.....	49
Figura 8: Grau de formação.....	49
Figura 9: Área de formação	49
Figura 10: Anos de experiência profissional	50
Figura 11: Principal setor de atividade	50
Figura 12: Existência de departamento de contabilidade	51
Figura 13: Serviço de contabilidade subcontrato	51
Figura 14: A empresa divulga informação não financeira?.....	51
Figura 15: Meio de comunicação da informação não financeira da empresa	52
Figura 16: Diagrama de caminhos do modelo estrutural.....	56

Índice de Tabelas

Tabela 1: Dimensões e indicadores da <i>corporate governance</i>	8
Tabela 2: Características qualitativas das demonstrações financeiras.....	24
Tabela 3: Hipóteses de pesquisa.....	35
Tabela 4: Itens relativos à QFA.....	38
Tabela 5: Itens relativos à QCG	38
Tabela 6: Itens relativos à QSCI.....	39
Tabela 7: Itens relativos à QRF	40
Tabela 8: Itens relativos à QRNF	40
Tabela 9: Itens relativos à URTD	41
Tabela 10: Itens relativos ao STD	41
Tabela 11 – Símbolos usados na representação gráfica do modelo de medida.....	43
Tabela 12 – Principais medidas de ajustamento do MEE	44
Tabela 13 - Dados extremos (<i>outliers</i>)	48
Tabela 14: Itens eliminados e retidos pela análise fatorial confirmatória.....	52
Tabela 15: Análise fatorial confirmatória para cada construto.....	53
Tabela 16: Medidas de ajustamento global do modelo estrutural proposto	55
Tabela 17: Resultado de avaliação do modelo estrutural	57
Tabela 18: Efeitos diretos, indiretos e total	59
Tabela 19: Hipóteses de pesquisa refletivas no modelo teórico.....	60

Índice de Apêndices

Apêndice I – Grupo de questões relativas à caracterização da empresa	82
Apêndice II – Grupo de questões relativas à caracterização do respondente.....	85
Apêndice III – Primeiro email enviado às empresas	87
Apêndice IV – Segundo email enviado às empresas.....	88
Apêndice V – Descrição dos valores em falta.....	89
Apêndice VI – Testes de normalidade de dados	91
Apêndice VII – Análise descritiva	93
Apêndice VIII – Fiabilidade das medidas do modelo	95

Lista de abreviaturas

- CEO - *Chief Executive Officer*
- CG - *Corporate Governance*
- COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway*
- FA - Função de Auditoria
- FASB - *Financial Accounting Standards*
- FC – Fiabilidade Compósita
- IASB - *International Accounting Standards Board*
- MEE – Modelo de Equações Estruturais
- MVE - Média da Variância Extraída
- PME – Pequenas e Médias Empresas
- QCG - *Qualidade Corporate Governance*
- QFA - *Qualidade da Função de Auditoria*
- QRF - *Qualidade do Relato Financeiro*
- QRNF - *Qualidade do Relato Não Financeiro*
- QSCI - *Qualidade do Sistema de Controlo Interno*
- RF - *Relato Financeiro*
- RNF - *Relato Não Financeiro*
- SCI - *Sistema de Controlo Interno*
- SNC - *Sistema de Normalização Contabilística*
- SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*
- STD – Sucesso da Tomada de Decisão
- TD – Tomada de Decisão
- URTD – *Utilidade do Relato na Tomada de Decisão*

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

Neste capítulo introdutório procede-se ao enquadramento e justificação do tema de estudo, apresenta-se a problemática, os objetivos de pesquisa e a metodologia seguida na investigação e, por último, expõe-se a estrutura deste trabalho.

A qualidade do relato de informação empresarial tem suscitado o desenvolvimento de investigação na área da contabilidade. A informação (financeira e não financeira), quando usada na Tomada de Decisão (TD) pode determinar o sucesso das empresas. Porém, a maioria das Pequenas e Médias Empresas (PME) depara-se com a falta de informação, o que pode colocar em causa a sua sobrevivência além dos primeiros meses de vida (Amoako, 2013).

A literatura sugere o desenvolvimento de estudos empíricos que visam identificar os fatores que determinam o Sucesso da Tomada de Decisão (STD) e, por conseguinte, o sucesso das empresas (Monteiro *et al.*, 2021a; Bertolami *et al.*, 2018). A este respeito, Dewi *et al.* (2019) referem que a Qualidade do Relato Financeiro (QRF) contribui positivamente para o STD, pois, de acordo com Malo-Alain *et al.* (2019), os relatórios financeiros contêm a informação que é necessária para a TD. Na mesma linha, Ježovita (2015) refere que a informação divulgada nos relatórios e contas é essencial na TD (Ježovita, 2015), o que pode determinar o sucesso das empresas. Contudo, os resultados não são consistentes. A este respeito, Monteiro *et al.* (2021a) verificam que a QRF, por si só, não determina o STD. Estes autores constataam que a qualidade da informação financeira apresenta um efeito direto na qualidade da informação não financeira e que esta variável, por sua vez, tem um efeito no STD. Assim, a qualidade da informação não financeira apresenta um efeito mediador na relação entre a qualidade da informação financeira e o STD. A este respeito, Barker e Eccles (2018) também salientam a importância da informação não financeira para o STD.

A literatura sugere, ainda, que o Sistema de Controlo Interno (SCI) influencia a QRF (Phornlaphatrachakorn, 2019). Um eficiente SCI promove a QRF e a QRNF (Frazer, 2020; Monteiro *et al.*, 2021a), atribuindo credibilidade e transparência à informação financeira e não financeira. A este respeito Monteiro *et al.* (2022) constataam que a Qualidade do Sistema de Controlo Interno (QSCI) contribui positivamente para a QRNF (Monteiro *et al.*, 2022).

Por sua vez, diversos autores verifica, que a QSCI é afetada tanto pela Qualidade da *Corporate Governance* (QCG) (Ma, 2006; Tumwebaze *et al.*, 2018) como pela Qualidade da Função de Auditoria (QFA) (Danescu *et al.*, 2015; Schroeder & Shepardson, 2016).

Por outro lado, a literatura identifica vários fatores que influenciam a qualidade e utilidade do Relato Financeiro (RF) e do Relato Não Financeiro (RNF), nomeadamente, a QCG, a QFA e a QSCI. Contudo não existem evidências empíricas quanto ao efeito destas variáveis na qualidade e utilidade do relato da informação empresarial e, conseqüentemente, no STD, o que demonstra que a investigação nesta área de pesquisa ainda não está consolidada na literatura. Assim, neste estudo coloca-se a seguinte questão de partida:

Quais os fatores que determinam a qualidade e utilidade do RF e RNF e, conseqüentemente, o STD?

Assim, este estudo tem como principal objetivo desenvolver e avaliar um modelo teórico com vista a analisar o impacto da qualidade e utilidade do RF e do RNF no STD, bem como o papel da *Corporate Governance* (CG), da Função de Auditoria (FA) e do SCI.

Especificamente, pretende-se avaliar se a QCG e a QFA influenciam diretamente a QSCI e se esta, por sua vez, tem um impacto positivo na QRF e na QRNF. Pretende-se, ainda, avaliar se a Utilidade do Relato na Tomada de Decisão (URTD) é influenciada diretamente quer pela QRF, quer pela QRNF, e se contribui positivamente para o STD.

Com o intuito de atingir o objetivo proposto, este estudo assenta numa abordagem quantitativa, tendo sido desenhado um inquérito *online*, o qual utiliza escalas de medida de estudos anteriores. Este instrumento foi aplicado a contabilistas certificados registados na Ordem dos Contabilistas Certificados, uma vez que são estes que elaboram as demonstrações financeiras das empresas e podem avaliar a informação produzida e a sua utilidade para a TD. Nesta investigação foi desenvolvido e avaliado um modelo teórico com recurso ao Modelo de Equações Estruturais (MEE).

A análise preliminar e descritiva dos dados é realizada no *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 26. A análise do modelo teórico proposto neste estudo foi efetuada no *software* estatístico AMOS (versão 26), tendo sido utilizado como técnica de análise estatística o MEE.

Este trabalho encontra-se dividido por capítulos. O trabalho inicia-se com a introdução, à qual se segue o capítulo II, que é dedicado à revisão da literatura, onde são abordados os principais temas deste trabalho, a QCG, a QFA, a QSCI, a QRF, a QRNF, a URTD e o STD. No capítulo III expõe-se os objetivos do estudo, o modelo conceptual desenvolvido e apresenta-se as hipóteses de investigação. Segue-se o capítulo IV, o qual expõe a metodologia de pesquisa. No capítulo V são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa. Por último, no capítulo VI, apresentam-se as principais conclusões, as contribuições e as limitações do estudo efetuado, assim como as sugestões para trabalhos futuros.

A figura 1 apresenta um esquema da estrutura deste trabalho.

Figura 1: Estrutura do trabalho

Capítulo I	Capítulo II	Capítulo III	Capítulo IV	Capítulo V	Capítulo VI
• Introdução	<ul style="list-style-type: none"> • QCG • QFA • QSCI • QRF • QRNF • URTD • STD 	<ul style="list-style-type: none"> • Objetivos • Modelo conceptual • Hipóteses de investigação 	• Metodologia de investigação	• Análise e discussão dos resultados	• Conclusão

Fonte: Elaboração própria

CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA

O STD é um indicador da qualidade do RF e RNF, sendo esta variável determinada por diversos fatores. Neste capítulo são abordados os determinantes do STD (QCG, QFA, QSCI, QRF e QRNF), a URTD e, por último, o STD.

2.1 Corporate governance

A literatura no âmbito da CG sugere que esta é uma variável preditiva da QSCI, influenciada por diversos fatores e explicada por diversas teorias. Assim, neste ponto apresenta-se o tema CG, abordando definições, dimensões, teorias explicativas e o que determina a sua qualidade.

2.1.1 Definição de *corporate governance*

A CG é um tema que começou a ter destaque nas últimas duas décadas (Mueller, 2018). A CG é definida como um conjunto de regras, relacionamentos, sistemas e processos dentro da empresa e engloba os mecanismos pelos quais as empresas e os órgãos de gestão são responsabilizados (Council, 2007). A CG refere-se às relações que se estabelecem entre os diferentes *stakeholders* no processo da TD e ao controlo dos recursos da organização (Aguilera & Jackson, 2003). Segundo Napitupulu (2020), a CG está relacionada a um conjunto de regras que gerem a relação entre os diversos *stakeholders* da empresa (acionistas, administradores, credores, governos e funcionários, etc.). Trata-se de um termo que está associado a um sistema que gere a separação entre direitos e deveres dos intervenientes das empresas (Fadilah, 2009) e à forma como as empresas são dirigidas e controladas (Al-Zwyalif, 2015). Segundo Millson e Ward (2005), a CG é o instrumento utilizado pelos detentores do capital da empresa para incentivar a gestão a atingir os objetivos da empresa, garantindo informação adequada e o controlo das ações da gestão. Por sua vez, Shleifer e Vishny (1997) referem que o controlo implica ter em consideração os mecanismos disponíveis para minimizar os problemas de gestão.

Relacionadas com a definição da CG, a literatura evidencia a existência de várias dimensões, as quais são expostas de seguida.

2.1.2 Dimensões da *corporate governance*

Aguilera e Jackson (2003), ao estudarem a CG ao nível dos *stakeholders*, apresentam três dimensões explicativas: capital, trabalho e gestão (figura 2). Segundo os autores, a dimensão capital corresponde a um grupo de agentes detentores de direitos de propriedade

das empresas, onde a diversidade da CG ao nível do capital pode ser explicada pela diferenciação entre:

- Interesses financeiros vs interesses estratégicos – o interesse no investimento é explicado pela perspectiva de obter retorno financeiro ou interesses estratégicos;
- Grau de liquidez vs compromisso – o interesse no investimento pode estar na capacidade de vender as participações na empresa, gerando liquidez, ou na intenção de compromisso para com a organização;
- Dívida vs capital próprio – *trade off* entre os interesses dos credores da empresa e os interesses dos detentores de capital.

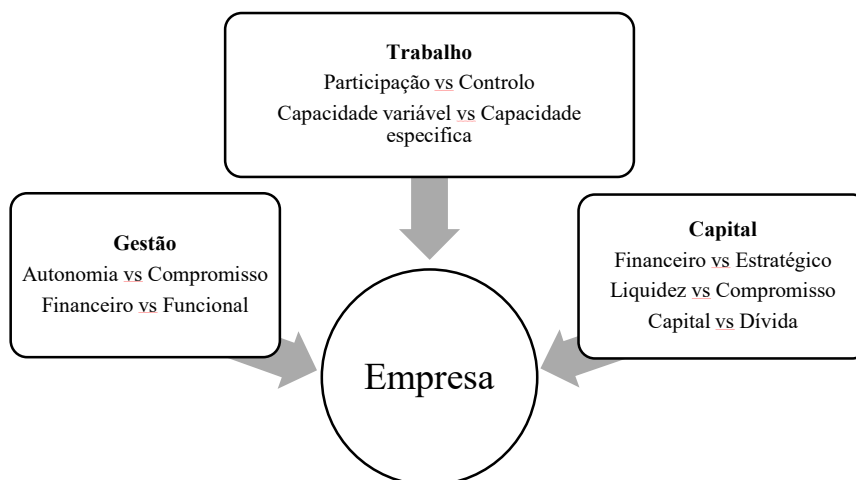
Os mesmo autores consideram o trabalho outra dimensão da CG, no sentido em que os funcionários podem ter influência na TD e no controlo dos recursos das empresas. Esta dimensão pode ser explicada pelas seguintes situações:

- Participação vs controlo – é a capacidade dos funcionários de influenciarem a TD através de fatores externos à empresa (exemplo das greves que podem delimitar a influencia dos funcionários na TD) ou os interesses da gestão;
- Capacidade variável vs capacidade específica – o grau de especificidade das capacidades/habilitações desenvolvidas/adquiridas pelos funcionários relativamente à empresa determinam a sua facilidade de saída ou não da empresa para o mercado de trabalho. Esta facilidade de saída ou não para o mercado de trabalho delimita a influência dos funcionários no processo de TD.

Por último, os autores no seu modelo apresentam a gestão como outra dimensão da CG, uma vez que os gestores ocupam uma posição de liderança estratégica na empresa e exercem controlo sobre as atividades do negócio. A gestão pode ser explicada por duas relações:

- Autonomia vs compromisso – diferença entre uma gestão autónoma e uma gestão comprometida com os interesses das partes relacionadas;
- Financeiro vs funcional – *trade-off* entre os interesses da gestão financeira e os interesses da gestão estratégica.

Figura 2: Dimensões da *corporate governance*



Fonte: Adaptado de Aguilera e Jackson (2003)

Já Napitupulu (2020), ao investigar a relação entre a competência da gestão e a eficácia e qualidade do SCI, definiu cinco dimensões da CG e respectivos indicadores, conforme apresentado na tabela seguinte:

Tabela 1: Dimensões e indicadores da *corporate governance*

Dimensão	Indicadores
Transparência	<ol style="list-style-type: none"> 1. Divulgação de informação relevante e abertura à participação no processo de TD 2. Abertura à participação no processo de TD e na divulgação e fornecimento de informação relevante sobre a organização
<i>Accountability</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Clareza de funções e implementação de <i>accountability</i> para que a gestão funcione eficazmente 2. Clareza de funções e responsabilização da gestão 3. Clareza nas diferentes funções, responsabilidades e no apoio aos esforços com vista a garantir os interesses de todas as partes interessadas
Responsabilidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conformidade da gestão com a legislação, os valores éticos, normas, princípios e práticas da CG 2. Garantia do cumprimento das regras e regulamentos aplicáveis em conformidade com os valores sociais
Independência	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantia de gestores sem influência ou pressões
Justiça	<ol style="list-style-type: none"> 1. Justiça e igualdade no cumprimento dos direitos das partes interessadas decorrentes de acordos e legislação 2. Garantia da proteção dos direitos e o compromisso para com as partes interessadas

Fonte: Adaptado de Napitupulu (2020)

Segundo Napitupulu (2020), uma das dimensões da CG é a transparência, a qual se prende com a importância atribuída à divulgação de informação relevante no processo de TD. A eficácia dos sistemas contabilísticos, relatórios financeiros e sistemas orçamentais afeta diretamente a QCG. Assim, os gestores devem criar procedimentos de controlo interno que garantam a produção de informação de qualidade aos *stakeholders* (Uyar *et al.*, 2017). A implementação de um SCI e a gestão da sua qualidade influenciam a QCG, no sentido que permitem o aumento do desempenho organizacional (Fadilah, 2009). Por outro lado, Lestari (2015) refere, que a competência da gestão tem uma forte influência na qualidade do sistema de informação. No estudo realizado por Napitupulu (2020), os resultados mostram que a dimensão transparência da CG é a que apresenta menos influência na QSCI das cinco dimensões. No entanto, a pesquisa realizada por Al-Shetwi *et al.* (2011) evidencia a importância da transparência e da *accountability*.

Outra dimensão da CG é *accountability*. Esta dimensão da CG refere-se à necessidade de implementar funções claras de responsabilização da gestão para garantir os interesses de todos os *stakeholders* (Napitupulu, 2020). A *accountability* é definida como a obrigação da gestão demonstrar e assumir a responsabilidade pelo desempenho da empresa de acordo com o estipulado (Nkundabanyanga, 2007). Segundo Liao e Chen (2021), existe uma correlação positiva entre a CG e a *accountability*. Aliás, a literatura evidencia que a *accountability* é a dimensão que mais influencia a QCG (Napitupulu, 2020; Al-Shetwi *et al.*, 2011).

A responsabilidade é a dimensão da CG que se refere à adequação da gestão da empresa à legislação e aos valores éticos como garantia da concordância com os valores sociais (Napitupulu, 2020). No âmbito desta dimensão, os agentes da organização que tomam decisões devem ser responsabilizados pelas suas decisões e ações (Al-Zwyalif, 2015). Esta dimensão mede o cumprimento, por parte da gestão da empresa, da legislação em vigor e dos princípios da robustez organizacional (Fadilah, 2009).

Relativamente à dimensão independência, Napitupulu (2020) refere que a CG deve garantir uma gestão organizacional sem qualquer pressão ou influência. Assim, a função da gestão organizacional deverá ser exercida de forma independente (Fadilah, 2009), no sentido de limitar a manipulação de resultados por parte da gestão, o que, por sua vez, tem impacto na qualidade da informação contabilística (Kukah *et al.*, 2016).

Por último, a justiça é a dimensão da CG que está relacionada com o dever da gestão em garantir o compromisso e a proteção dos direitos dos *stakeholders* (Napitupulu, 2020; Fadilah, 2009). Fadilah (2009) acrescenta ainda ser esta a dimensão onde a gestão organizacional é efetuada de uma forma prudente e justa em nome dos benefícios dos *stakeholders*, evitando acontecimentos corporativos não desejáveis. Desta forma, deve-se garantir que todos os *stakeholders* recebam a mesma consideração por parte da gestão organizacional (Al-Zwyalif, 2015).

A literatura também sugere algumas teorias explicativas da CG, as quais são abordadas no ponto seguinte.

2.1.3 Perspetivas teóricas no âmbito da *corporate governance*

No campo da CG, diversas teorias são abordadas na literatura, como a teoria da agência, a teoria dos *stakeholders*, a teoria da empresa, a teoria institucional, a teoria da administração (*Stewardship Theory*), a teoria da legitimidade, a teoria da política, a teoria do contrato social, a teoria dos recursos (*Resource-Based Theory*) e a teoria da dependências dos recursos (Kukah *et al.*, 2016).

A teoria da agência é explicada pela relação entre o agente e o principal, onde o agente é contratado para defender os interesses do principal (Jensen & Meckling, 1976). Segundo Mueller (2018), na relação principal-agente, os detentores do capital das empresas ficam numa situação vulnerável na falta de conhecimento sobre as operações da empresa. Por outro lado, Fan e Wong (2002) referem que acionistas controladores podem agravar os problemas de agência. O controlo da propriedade é um dos fatores fundamentais para alinhar os objetivos da gestão com os dos detentores do capital (Kalbers, 2009), permitindo proteger os proprietários dos comportamentos oportunistas da gestão (Meyer & Rowan, 1977). A teoria da agência preocupa-se em alinhar os interesses dos detentores de capital com os interesses dos gestores (Fama & Jensen, 1983). Esta teoria, ao minimizar os conflitos e alinhar os interesses entre os detentores de capital e os gestores, contribui para um funcionamento mais eficiente da empresa e melhor desempenho financeiro (Madhani, 2017). A literatura sugere que a QCG minimiza os problemas de agência nas organizações empresariais (Uyar *et al.*, 2017).

A teoria da agência, ao basear-se na relação entre o principal e o agente, também pode colocar em causa os interesses de diversos *stakeholders* (Aguilera & Jackson, 2003). Por isso, surge a teoria dos *stakeholders*, a qual tem por base o objetivo de maximizar o nível

de satisfação de todos os *stakeholders* envolvidos no processo. Contudo, esta teoria traz um problema acrescido, o facto de cada agente ter interesses individuais e agir em prol dos seus próprios interesses (Friedman, 1970).

Assim surge a teoria da empresa. Esta teoria baseia-se no envolvimento dos funcionários, clientes, fornecedores e comunidade em geral, na propriedade e controlo da empresa, uma vez que nenhuma empresa existe e sobrevive sem a presença destes agentes (Turnbull, 1997). O mesmo autor define estes agentes como partes interessadas estratégicas da empresa.

Por outro lado, a teoria institucional, segundo Meyer e Rowan (1977), defende que as organizações devem ser geridas através de regras institucionalizadas, ou seja, tendo em conta critérios culturais, políticos e sociais com o intuito de aumentar a legitimidade e longevidade da organização. Os ambientes onde as empresas estão inseridas, possuem determinadas regras institucionais implicando a adoção de práticas de CG semelhantes, por parte das empresas, dentro do mesmo país e práticas díspares entre países diferentes com ambientes diferentes (Aguilera & Jackson, 2003).

A teoria da administração defende que as empresas devem nomear um conselho de administração que atue em nome dos interesses das empresas (Kukah *et al.*, 2016). Fadilah (2009) salienta a necessidade de implementar padrões ou princípios de atuação do conselho de administração, no sentido de alcançar valor e viabilidade para a empresa. Resolver problemas de agência é uma das principais responsabilidades do conselho de administração da empresa, através da implementação de procedimentos e controlos internos que garantam a divulgação de informação de qualidade aos *stakeholders* (Uyar *et al.*, 2017).

A teoria da legitimidade assenta no pressuposto de que a gestão adapta as práticas e estratégias às expectativas da sociedade (Chan *et al.*, 2014), uma vez que uma empresa só poderá existir se a sociedade a considerar legítima (Holder-Webb *et al.*, 2009). A este respeito, Chan *et al.* (2014) indicam que as empresas necessitam demonstrar aos diversos *stakeholders* o nível de QCG instituído na empresa, ou seja, demonstrar que as atividades desenvolvidas pela empresa estão em conformidade com as expectativas da sociedade onde a empresa está inserida. No mesmo sentido, Holder-Webb *et al.* (2009) referem que uma empresa para existir e poder utilizar os recursos disponíveis na sociedade tem de ser considerada legítima pela sociedade.

A teoria política defende a ideia de que existe uma forte influência política na CG, na medida em que o governo influencia a TD corporativa (Pound, 1983). Esta teoria baseia-se no apelo ao voto dos acionistas em vez de comprar o poder de voto (Fauziah & Alhaji, 2012).

A teoria do contrato social, é também uma das teoria presentes na literatura da CG, e vê a empresa como um conjunto de contratos sociais entre os membros da empresa e a própria empresa, onde a responsabilidade social é vista como uma obrigação contratual da empresa para com a sociedade (Fauziah & Alhaji, 2012).

À luz da teoria baseada nos recursos, a empresa é vista como um conjunto de recursos tangíveis e intangíveis (Wernerfelt, 1984), sendo estes recursos a base da vantagem competitiva da empresa, quando valiosos, raros, impossíveis de copiar e imprescindíveis para a estrutura da empresa (Barney, 1991). A estrutura da CG e do conselho de administração podem acrescentar valor à empresa (Stiles, 2001), uma vez que cada estrutura tem características únicas que podem contribuir para melhorar o desempenho da empresa (Hart, 1995).

Por fim, implícita à CG, surge a teoria da dependência dos recursos, onde as empresas atuam num ambiente aberto que, de uma forma ou de outra, dependem dos recursos fornecidos por outras empresas, por isso dependem de outras empresas e das suas decisões económicas (Kukah *et al.*, 2016). A teoria da dependência dos recursos baseia-se nas ações estratégicas das empresas que influenciam e controlam as interdependências com outras empresas, dependendo de recursos externos (Madhani, 2017). Esta teoria também se revela importante para a gestão adequada dos recursos, evitando que uma má utilização/aplicação dos recursos, quer financeiros quer não financeiros, se traduza numa perda de valor para os acionistas (Uyar *et al.*, 2017).

No seguimento do assim referido, apresenta-se alguns aspectos importantes para a QCG.

2.1.4 Qualidade da *corporate governance*

A QCG está associada à forma como as empresas instituem a ética empresarial nas suas organizações, tema digno de atenção pois permite às empresas melhorarem a sua imagem junto das partes interessadas (Purwani *et al.*, 2017).

Para obter a QCG é necessário que as empresas tenham ao seu dispor sistemas de informação de qualidade sustentados por gestores competentes (Napitupulu, 2020). Xu

(2009) refere que a competência dos gestores é tão importante como a qualidade dos sistemas de informação. Uyar *et al.* (2017), ao investigarem a associação entre o sistema de informação contábilístico e a QCG nas empresas sediadas em Istambul, verificam que os sistemas de informação contábilística e a eficácia dos relatórios financeiros têm um impacto positivo na QCG. No mesmo sentido, Napitupulu (2020) refere que os sistemas de informação de qualidade ao dispor da gestão influenciam positivamente a QCG. Contrariando Uyar *et al.* (2017), que referem que a simples adoção das normas de contabilidade e os relatórios financeiros emitidos pelas empresas não afetam positivamente a QCG.

Ademais, a literatura também sugere que a qualidade da informação dos analistas financeiros sobre os lucros futuros da empresa está positivamente relacionada com a QCG (Byard *et al.*, 2006). Por sua vez, a literatura sugere, ainda, que a precisão das previsões dos analistas aumenta com a independência do conselho de administração (Byard *et al.*, 2006; Azeem *et al.*, 2013), diminui com a dimensão do conselho de administração (Byard *et al.*, 2006) e diminui quando o *Chief Executive Officer* (CEO) é simultaneamente presidente do conselho de administração (Byard *et al.*, 2006; Adeyemi & Fagbemi, 2010).

Porém, a relação entre a independência do conselho de administração e a QCG não é consensual na literatura. Aliás, os estudos de Beasley (1996) e Klein (2002) demonstram que a independência do conselho de administração afeta negativamente a QCG. Outros estudos verificam, ainda, que não existe uma relação significativa entre a independência do conselho e a QCG (Park & Shin 2004; Peasnell *et al.*, 2005).

Susanty (2009), ao estudar a correlação entre a função interna da organização (ética no trabalho e capacidade de influenciar valores, crenças e comportamentos dos empregados) e o sucesso da implementação dos princípios da QCG em empresas cotadas na Bolsa de Jacarta (onze empresas públicas e dezanove empresas privadas), constata que a função interna da organização é responsável pelo sucesso da implementação da QCG. O mesmo estudo revela que a ética no trabalho influencia positivamente o princípio da consciência social, um dos princípios da QCG. O estudo deste autor demonstra ainda, que nas empresas públicas a capacidade de influenciar os empregados tem impacto positivo na ética no trabalho.

A literatura sugere a existência de uma relação positiva entre o desempenho ambiental e a QCG (Villiers *et al.*, 2011), com base na teoria da legitimidade (Chan *et al.*, 2014).

Por outro lado, a literatura também aborda os impactos da QFA, nomeadamente na QSCI. Assim, de seguida serão abordados estes dois temas.

2.2 Qualidade da função de auditoria

Neste ponto desenvolvemos o tema FA, apresentado definições, as suas dimensões e os fatores que contribuem para a sua qualidade.

2.2.1 Definição de função de auditoria

A auditoria financeira é um termo que “surge como uma forma de dar credibilidade à informação financeira” (Costa, 1998, p.27). É neste contexto que se destaca a importância da FA.

Auditoria é uma função que é operada independentemente de outros departamentos das empresas (Azzam *et al.*, 2020) e tem vindo assumir um papel fundamental e indispensável na vida empresarial e governativa (Okafor & Otolor, 2013), pois é uma ferramenta eficaz e abrangente na gestão das empresas (Tumwebaze *et al.*, 2018).

A FA pode ser definida como a capacidade de fornecer a garantia de que os riscos do negócio são bem geridos e demonstrar a eficácia dos controlos internos (Arum, 2015; Carcello *et al.*, 2005; Farber, 2005). Abbott *et al.* (2016) definem a FA como a capacidade de prevenir e detetar distorções financeiras e denunciá-las à comissão de auditoria.

Segundo Azzam *et al.* (2020), a FA tem a responsabilidade de supervisionar as contas das empresas, garantir a conformidade da gestão com o controlo interno e das políticas contabilísticas e rever as conclusões do departamento de auditoria interna.

A FA pode ser classificada em interna ou externa. Segundo Muqattash (2011), a FA interna atua de forma independente relativamente a outros departamentos e reporta diretamente a uma comissão de auditoria. Através de apreciações, recomendações, conselhos e informações respeitantes às atividades da empresa, a FA interna tem como objetivo ajudar os órgãos de governação a desempenharem as suas funções com eficácia (Costa, 1998). Enquanto que a auditoria externa é uma função desempenhada por um órgão externo nomeado para o efeito, o qual é responsável pela revisão legal das contas e pela emissão da sua opinião acerca das contas da empresa, ou seja, se estas refletem uma

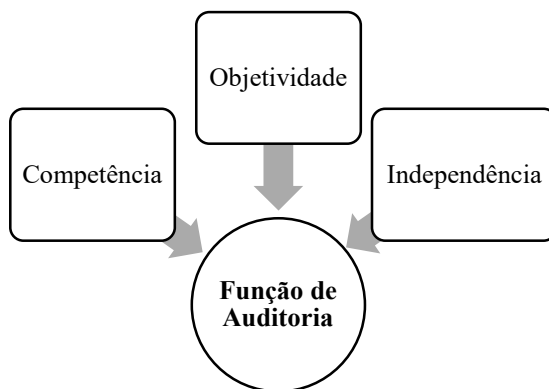
imagem verdadeira e apropriada da mesma (Alves, 2015). Este tipo de auditoria é realizada para garantir uma opinião externa independente (Azzam *et al.*, 2020).

A literatura evidencia a existência de três dimensões da FA, as quais são expostas de seguida.

2.2.2 Dimensões da função de auditoria

A literatura sugere como dimensões da FA, a objetividade, a competência e a independência (Prawitt *et al.*, 2009; Al-Shetwi *et al.*, 2011), como se pode observar na figura seguinte:

Figura 3: Dimensões da função de auditoria



Fonte: Adaptado de Prawitt *et al.* (2009) e Al-Shetwi *et al.* (2011)

A objetividade é a capacidade do auditor em desempenhar as suas funções de forma prudente e competente (Al-Shetwi *et al.*, 2011) sem afetar a qualidade dos relatórios financeiros das empresas (Prawitt *et al.*, 2009) e os julgamentos profissionais (Abbott *et al.*, 2016). A capacidade de os auditores desempenharem as suas funções de uma forma imparcial, sem comprometerem os resultados do seu trabalho, é uma característica que envolve objetividade (Arum, 2015). Quanto mais objetiva a FA, maior a probabilidade de haver denúncia de situações irregulares e de resultados manipulados, bem como, maior será a capacidade do auditor em detetar e impedir comportamentos oportunistas por parte da gestão da empresa (Prawitt *et al.*, 2009).

Outra dimensão da FA é a competência. Esta é definida como o conhecimento que o auditor possui para desempenhar as suas funções (Prawitt *et al.*, 2009). Refere-se à capacidade do auditor para prevenir/detetar distorções financeiras (Abbott *et al.*, 2016). Segundo Mayer *et al.* (1995), trata-se do conhecimento necessário para desenvolver as

funções a que o auditor se propõe. Segundo Elaoud e Jarboui (2017) os auditores especializados possuem uma maior capacidade de detetar anomalias significativas, o que contribui para a redução da assimetria de informação. No mesmo sentido, Prawitt *et al.* (2009) referem que quanto mais competentes forem os auditores maior a probabilidade de estes entenderem a estratégia da gestão e menor será o incentivo da gestão para manipular os resultados.

A independência é outra dimensão da FA, a qual é definida como a capacidade de os auditores desenvolverem o seu trabalho livremente, sem qualquer tipo de pressão (Al-Shetwi *et al.*, 2011) e comunicarem os desvios significativos encontrados à comissão de auditoria (Abbott *et al.*, 2016). Esta dimensão pode também ser definida como a capacidade do auditor em gerir os conflitos de interesses ou influências indevidas que possam colocar em causa o seu julgamento profissional (Abbott *et al.*, 2016).

Por vezes, na literatura as dimensões objetividade e independência da FA confundem-se, isto é, a capacidade independência é frequentemente associada com a capacidade de atuar com objetividade (Abbott *et al.*, 2016).

A literatura também identifica o que determina a QFA, tema que será abordado de seguida.

2.2.3 Fatores determinantes da qualidade da função de auditoria

Segundo Azzam *et al.* (2020), fatores como a eficiência, a reputação e o profissionalismo dos auditores, os encargos com a auditoria e a dimensão da empresa de auditoria afetam positivamente a QFA. A literatura sugere que a QFA está dependente da competência (Abbott *et al.*, 2016; Al-Shetwi *et al.*, 2011; Azzam *et al.*, 2020), da independência (Abbott *et al.*, 2016; Al-Shetwi *et al.*, 2011) e da objetividade dos auditores (Al-Shetwi *et al.*, 2011; Azzam *et al.*, 2020). Diversos estudos relacionam as dimensões da FA com a QFA. O estudo realizado por Arum (2015), sobre o impacto da competência e da objetividade do auditor na QFA, mostrou que existe uma relação significativa positiva entre estas dimensões e a QFA. Elaoud e Jarboui (2017) referem que o recurso a uma equipa de auditoria especializada tem um efeito positivo na QFA e que as empresas auditadas por auditores qualificados revelam maior predisposição para divulgar mais informação e com maior credibilidade.

Abbott *et al.* (2016), ao analisar os determinantes da QFA e a sua capacidade de promover relatórios financeiros de qualidade, concluem que a QFA e a QRF dependem da função conjunta da competência e independência da equipa de auditoria, ou seja, da capacidade do auditor de detetar erros materiais e significativos e de ser suficientemente independente para comunicar essas distorções nos seus relatórios aos órgãos competentes.

A literatura sugere, ainda, que as características dos auditores têm impacto na ocorrência de correções às demonstrações financeiras. A este respeito, Pathak *et al.* (2021) referem que, por um lado, a diversidade da equipa de trabalho de auditoria (género, raça e idade) está associada a um menor número de correções relativas a fraude. Por outro lado, a diversidade no trabalho efetuado está associada a um menor número de correções de erros. No mesmo sentido, Joshi e Roh (2009) referem que a diversidade nas tarefas está associada a uma maior QFA através da elaboração de informação de qualidade. De salientar ainda que o aumento da fiscalização também aumenta a QFA, na medida em que a QFA resulta do equilíbrio entre esforço exercido pelo auditor e a probabilidade de encontrar distorções significativas na gestão de resultados (Ewert & Wagenhofer, 2019).

A literatura também demonstra que as tecnologias de informação afetam a QFA, uma vez que aumentam o nível de confiança dos relatórios financeiros das empresas (Ashraf *et al.*, 2020). De acordo com os mesmos autores, as tecnologias de informação permitem à FA melhorar a sua eficácia (o que contribui para o alcance dos objetivos de supervisão a que se propõe) e a sua eficiência, no mínimo de tempo possível.

Por outro lado, a QSCI pode ser explicada pela QCG e QFA. Assim, de seguida serão apresentados alguns aspectos importantes da QSCI.

2.3 Qualidade do sistema de controlo interno

O controlo interno é um tema que merece a atenção dos *stakeholders* e académicos, uma vez que um SCI de qualidade contribui para minimizar erros, fraude e ilegalidades (Plumlee & Yohn, 2010) com potenciais impactos no relato de informação e no sucesso empresarial. Assim, neste ponto desenvolvemos o tema SCI, começando por apresentar a definição de SCI e da QSCI e, ainda, os determinantes e impactos da QSCI.

2.3.1 Definição de sistema de controle interno

O controle interno é o planejamento e a coordenação organizacional de todos os métodos e estratégias adotados na empresa (Fadilah, 2009).

O SCI pode ser definido como políticas, regras e medidas implementadas pela gestão ou chefes de departamentos para garantir o bom funcionamento do controle interno (Mirnenko *et al.*, 2020). Segundo Frazer (2020), o controle interno é uma das componentes do sistema de informação. O SCI é também considerado um sistema de observação, fiscalização, avaliação e correção (Osadchy & Akhmetshin, 2015), que permite melhorar a eficiência das operações e desenvolver as estratégias das empresas (Xiao, 2011).

De acordo com o *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway* (COSO), o SCI é composto pelos cinco pilares apresentados no cubo do SCI (figura 3). Um dos pilares essenciais é o ambiente de controle (*control environment*), que corresponde à responsabilidade das empresas em valorizar a integridade e a ética empresarial. Avaliação do risco (*risk assessment*), outro elemento do cubo, significa que é da responsabilidade das empresas identificar e analisar os fatores de risco e gerir os mesmos. O pilar atividades de controle (*control activities*) está relacionado com a necessidade das empresas definirem políticas e procedimentos com o intuito de eliminar ou reduzir a ocorrência de fraudes. Outro pilar é a informação e comunicação (*information & communication*). No âmbito deste pilar, o SCI deve permitir à empresa obter e comunicar todas as informações relevantes às entidades com as quais a empresa se relaciona. Por último, o pilar atividades de monitorização (*monitoring activities*) indica que o SCI deve monitorizar e relatar, sempre que necessário, as deficiências identificadas nos controles.

De acordo com o COSO (2013), um SCI para atingir os objetivos propostos divide o ambiente de controle em três categorias: operações (*operations*) - referem o uso efetivo e eficiente dos recursos disponíveis para que os objetivos estabelecidos sejam atingidos; divulgação (*reporting*) - elaboração de relatórios com o objetivo de divulgar informações úteis, atempadas e fiáveis para a TD; e conformidade (*compliance*) - cumprimento das leis e regulamentos.

Após a definição dos pilares e objetivos do controlo interno segundo, é importante distinguir as estruturas da organização, como, os níveis da entidade em termos de estrutura organizacional (*entity level*), a forma como a organização está dividida (*division*), as unidades operacionais da organização (*operating unit*) e as funções da organização (*function*) (COSO, 2013).

Figura 4: Cubo do sistema de controlo interno



Fonte: COSO (2013)

Por outro lado, existem três principais tipos de controlo interno. A prevenção, que evita os problemas, a deteção, a qual permite às empresas detetar os problemas assim que eles surgem e a correção, que é aplicada pelas empresas com vista à resolução dos problemas identificados (Al-Zwyalif, 2015). Segundo o autor, o controlo interno pode ainda ser classificado em duas categorias, ou seja, em controlos gerais, que são desenvolvidos pelas empresas para garantir um ambiente de controlo estável e uma boa gestão, e em controlos de aplicação, que permitem às empresas prevenir, detetar e corrigir os problemas e fraudes.

O SCI deve ser implementado em prol dos interesses da entidade, permitindo, por um lado, monitorizar a gestão, dando garantias aos proprietários do capital e futuros investidores, por outro lado, eliminar circunstâncias negativas e detetar desvios e infrações atempadamente (Osadchy & Akhmetshin, 2015). Para tal, é necessário deter um SCI com qualidade.

2.3.2 Qualidade do sistema de controlo interno

Schroeder e Shepardson (2016) definem QSCI como a capacidade e competência das empresas de criarem e utilizarem o seu próprio controlo interno, no sentido de atingirem objetivos específicos, obterem operações eficientes e eficazes, produzirem relatórios financeiros fiáveis e permitirem o cumprimento das leis. De acordo com Rae *et al.* (2017), a QSCI verifica-se quando este contribui para que as empresas avaliem e controlem as suas funções e deveres de forma adequada. Para Schroeder e Shepardson (2016), a QSCI corresponde a um conjunto de processos orientados para que as empresas obtenham a eficácia e eficiência das operações, qualidade dos relatórios e cumprimento de leis e regulamentos aplicados.

A literatura também sugere que um SCI de qualidade permite às empresas elaborarem relatórios financeiros e não financeiros de maior qualidade (Frazer, 2020; Monteiro *et al.*, 2021a, 2021b). Phornlaphatrachakorn (2019) refere que a QSCI, ao permitir às empresas controlar a veracidade dos seus resultados, assume um papel fundamental para a sobrevivência e sustentabilidade das mesmas.

A literatura sugere ainda, que os SCI também apresentam falhas: (1) resultantes de erro humano, pois é implementado por pessoas; (2) restrições de custo-benefício, uma vez que afetar recursos humanos, materiais e financeiros para o sistema funcionar implica custos; (3) conluio, por encobrirem erros dentro dos departamentos; e (4) abuso de poder por parte dos chefes. Contudo, as tecnologias de informação permitem às empresas prevenir e resolver deficiências no SCI (Ashraf *et al.*, 2020). Segundo Zavalko *et al.* (2017), para as empresas atingirem um SCI de qualidade é necessário que tenham em conta alguns fatores como pessoal qualificado, proporcionar formação profissional adequada, desenvolver documentos de trabalho adequados ao controlo interno e fornecer recomendações claras e objetivas.

De facto, existem múltiplas dimensões e diversos factores que determinam a QSCI, os quais serão abordados no subponto seguinte.

2.3.3 Dimensões e determinantes da qualidade do sistema de controlo interno

A QSCI é a base para se atingir um elevado nível de confiança da informação produzida pelas empresas. Para avaliar a QSCI, Napitupulu (2020) utilizou diferentes indicadores agrupados em quatro dimensões: integração, flexibilidade, fiabilidade e eficiência.

As dimensões da QSCI são descritas como se segue:

- Integração – O SCI deve incluir de um conjunto de processos e procedimentos dos negócios relacionados entre si para que as empresas adquiram níveis de competitividade elevados (Napitupulu, 2020). Segundo Mullakhmetov (2016), a QSCI é medida pela interação entre as estruturas organizacionais das empresas e as atividades de controle que a compõem;
- Flexibilidade – O SCI deve ser útil e capaz de contribuir com opções estratégicas (Napitupulu, 2020);
- Fiabilidade – O SCI tem de ser de confiança ao produzir informação útil e credível para os seus utilizadores (Napitupulu, 2020). A QSCI é determinante para o sucesso das empresas, pois é uma forma de garantir a fiabilidade e a veracidade dos relatórios financeiros e a sua conformidade com as leis/normas (Schroeder & Shepardson, 2016);
- Eficiência – O SCI deve ser capaz de dar resposta em tempo útil (Napitupulu, 2020), permitindo às empresas tomar decisões atempadamente (Osadchy & Akhmetshin, 2015). Informação de qualidade proporciona eficiência e consistência ao SCI das empresas (Patel, 2015). A QSCI reflete-se na capacidade das empresas criarem informação útil (Kinney, 2000).

De acordo com Azzam *et al.* (2020) em termos de impactos da FA, diversos estudos indicam que esta variável tem um efeito positivo na QSCI (Abbott *et al.*, 2004; Goh, 2009). Abbott *et al.* (2004) constata que as características da FA, como a competência e a independência, contribuem para o aumento da eficácia do SCI. Segundo Schroeder e Shepardson (2016), a realização de auditorias tem benefícios reais na melhoria da qualidade e eficiência do SCI.

A literatura também aponta os impactos da QSCI, os quais serão expostos de seguida.

2.3.4 Impactos da qualidade do sistema de controlo interno

O SCI capacita as empresas para (1) uma resposta mais eficaz aos diversos *stakeholders*, (2) o alcance de vantagens competitivas e (3) um melhor desempenho organizacional (Rae *et al.*, 2017; Phornlaphatrachakorn, 2019). Segundo Tang *et al.* (2015), as empresas com SCI de qualidade produzem informação de maior qualidade, a qual é uma condição “*sine qua non*” para o sucesso da tomada de decisões económicas, com consequentes

impactos na sua competitividade, sucesso e sustentabilidade empresarial. Empresas que avaliam e controlam devidamente as suas atividades muito provavelmente possuem um SCI com qualidade (Rae *et al.*, 2017).

A literatura sugere que a QSCI contribui para a utilidade da informação contabilística (Frendy & Semba, 2017). Segundo estes autores, a QSCI atribui relevância, confiança, comparabilidade e consistência à informação contabilística, características que contribuem para uma melhor TD, para um aumento da competitividade e, por conseguinte para o sucesso empresarial. Empresas com SCI de qualidade produzem relatórios financeiros de qualidade (Schroeder & Shepardson, 2016; Ji *et al.*, 2017; Phornlaphatrachakorn, 2019). Por outro lado, empresas com baixa QSCI tendem a produzir informação financeira de baixa qualidade (Phornlaphatrachakorn, 2019).

Segundo Frazer (2020), SCI de qualidade promovem relatórios financeiros e não financeiros de alta qualidade, permitindo o aumento da credibilidade e autenticidade da informação produzida e divulgada. Assim, a QSCI também contribui positivamente para a qualidade da informação não financeira (Monteiro *et al.*, 2022). Por outro lado, Monteiro *et al.* (2021a) verificam que a QSCI não contribui diretamente para a QRNF, mas indiretamente via QRF.

Assim, a literatura sugere que SCI deficientes afetam negativamente a qualidade dos relatórios financeiros (Epps & Guthrie, 2010). Por isso, de acordo com Xiao (2011), o estabelecimento e implementação de um SCI de qualidade pode colmatar uma variedade de lacunas no seio das organizações.

Estudos prévios indicam que a QCG, a QFA e a QSCI, entre outras variáveis, determinam a QRF e a QRNF. O tema qualidade do relato de informação empresarial tem sido do interesse dos investigadores na área da contabilidade há várias décadas, pois qualquer tipo de informação (financeira e não financeira), em termos gerais, “deve ser credível de forma a que as pessoas a quem a mesma se destina possam retirar conclusões idóneas” (Costa, 1998, p.25). Assim, quando se trata de informação financeira e não financeira produzida pelas empresas, cujo objetivo é ser utilizada por uma vasta gama de utilizadores na TD, o estudo da QRF e QRNF ganha ainda maior relevância.

2.4 Qualidade do relato financeiro

Para que a informação financeira seja útil aos *stakeholders*, esta deve ser considerada de qualidade (Sari *et al.*, 2019). Assim, este ponto será dedicado à definição de RF, às características qualitativas de RF e os determinantes da QRF.

2.4.1 Definição e características qualitativas do relato financeiro

O RF refere-se à divulgação de informação financeira, produzida pelos profissionais da contabilidade, para ser utilizada e interpretada por diversos utilizadores (Costa, 1998).

A contabilidade pode ser definida como uma ciência económica, cujo objetivo é produzir informação de forma a proporcionar conhecimento do passado e presente e perspetiva do futuro da organização em termos quantitativos e qualitativos, com o intuito de facilitar decisões económicas (Gonçalves *et al.*, 2013). O parágrafo 1 do Aviso 8254/2015 refere que as demonstrações financeiras devem ser “preparadas com o propósito de proporcionar informação que seja útil na tomada de decisões económicas” de forma a “responder às necessidades comuns da maior parte dos utentes” (parágrafo 1 do Aviso 8254/2015). Assim, a informação produzida pela contabilidade é considerada uma ferramenta fundamental na TD, podendo ser utilizada por diversos *stakeholders*, (Ozturk & Ozcelik, 2014).

Segundo Lim (2013), o desenvolvimento das tecnologias de informação contribui para a informatização da informação contabilística, gerando fluxo de informação eficaz e eficiente para a TD.

Segundo Zeghal e Mhedhbi (2006), a necessidade de adaptar a contabilidade ao novo mundo dos negócios, onde a TD envolve, cada vez mais contextos internacionais, levou à harmonização das normas e práticas contabilísticas, cujo objetivo principal é fornecer informação relativamente homogénea, comparável e fiável aos diversos *stakeholders*. Segundo Boolaky (2006), a necessidade de uniformizar as práticas contabilísticas levou os países a desenvolverem as suas próprias normas contabilísticas baseadas no *International Accounting Standards Board* (IASB) ou no *Financial Accounting Standards Board* (FASB). Assim, em Portugal, o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de junho aprova o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), o qual procura ir ao encontro da normalização contabilística na União Europeia.

Normalmente, as demonstrações financeiras das empresas são preparadas num pressuposto de continuidade. Além disso, para que a informação financeira seja útil aos seus utentes, esta deve reunir algumas características qualitativas. Assim, o parágrafo 24 do Aviso 8254/2015, de 29 de julho, estipula quatro principais características qualitativas das demonstrações financeiras, que são: a compreensibilidade; a relevância; a fiabilidade e a comparabilidade. As descrições das características qualitativas constam na tabela 2.

Tabela 2: Características qualitativas das demonstrações financeiras

Compreensibilidade A informação proporcionada pelas demonstrações financeiras deve ser de fácil e rápida compreensão pelos utentes.
Relevância A informação proporcionada pelas demonstrações financeiras deve ser relevante e influencia a tomada de decisão dos utentes.
Fiabilidade A informação proporcionada pelas demonstrações financeiras deve ser fidedigna e estar isenta de erros materiais e de preconceitos.
Comparabilidade A informação proporcionada pelas demonstrações financeiras de uma entidade deve ser possível de ser comparada pelos utentes ao longo do tempo e com demonstrações financeiras de entidades diferentes.

Fonte: Adaptado de Aviso 8254/2015

Sari *et al.* (2019) define a QRF como a informação financeira precisa, relevante, oportuna e completa.

Segundo Al-Shetwi *et al.* (2011), existe uma necessidade premente de as empresas produzirem relatórios financeiros que reúnam as características qualitativas da informação e sejam adequados às necessidades dos *stakeholders*. Os acionistas, e outros *stakeholders*, devem ter acesso a relatórios eficientes que garantam uma imagem verdadeira e apropriada da empresa (Azzam *et al.*, 2020). Na verdade, os relatórios financeiros devem conter informação na quantidade e qualidade necessária à TD (Monteiro *et al.*, 2021b).

Assim, existem diversos fatores que determinam a QRF, os quais serão abordadas de seguida.

2.4.2 Determinantes da qualidade de relato financeiro

Estudos anteriores indicam que os atributos da CG têm impacto positivo na QRF (Al-Shetwi *et al.*, 2011). Nomeadamente, a composição do conselho de administração (Peasnell *et al.*, 2000; Klein, 2002; Beasley, 1996), a dimensão do conselho de administração (Jensen & Meckling, 1976) e a separação entre CEO e o presidente do conselho de administração (Jensen & Meckling, 1976; Byard *et al.*, 2006). Para Kukah *et al.* (2016) a CG afeta a QRF, e referem que qualquer tentativa para melhorar a qualidade da informação contabilística deve ter em conta a independência dos membros do conselho de administração, a dualidade do CEO e a propriedade da empresa.

A FA também desempenha um papel importante na qualidade dos números financeiros divulgados pelas empresas (Prawitt *et al.*, 2009). Para Al-Shetwi *et al.* (2011), a FA contribui para a QRF ao melhorar a transparência e qualidade dos relatórios financeiros. Segundo Gordon e Smith (1992), a FA melhora a QSCI, o que se reflete na qualidade da informação financeira, apresentando-se a QSCI como uma variável impulsionadora da QRF. Azzam *et al.* (2020) também constata que a qualidade dos relatórios financeiros é afetada positivamente pela FA e que as características do auditor, como objetividade, competência e profissionalismo aumentam a QRF. Segundo Abbott *et al.* (2016), a influência da FA na QRF depende da competência e independência do auditor. Estes autores concluem que para que a QFA tenha impacto na QRF é necessário que a FA envolva uma validação competente dos relatórios financeiros. Por outro lado, Arum (2015) refere que a competência e a objetividade do auditor têm um efeito positivo e significativo na QRF.

A literatura sugere ainda que a QRF está diretamente relacionada com a QSCI e com a qualidade do sistema de informação contabilística (Monteiro *et al.*, 2021b). De facto, os avanços da tecnologia de informação contribuíram para a informatização da informação contabilística e para a eficiência e eficácia dos fluxos de informação contabilística (Lim, 2013). A tecnologia de informação, por um lado, contribui para prevenir e resolver deficiências no SCI, por outro lado, permite aos auditores serem mais eficazes e eficientes no cumprimento das suas responsabilidades associadas ao RF (Ashraf *et al.*, 2020). Um sistema contabilístico eficaz, com registos contabilísticos mais rápidos, precisos e oportunos, é necessário no sentido de permitir elaborar relatórios úteis no processo de TD e porque permite planear e preparar contas e alterá-las como e quando necessário (Patel, 2015).

SCI eficazes garantem às empresas credibilidade e autenticidade das suas informações empresariais (financeiras e não financeiras) e aumenta a confiança de quem utiliza tais informações (Frazer, 2020). Assim, a literatura salienta a importância da informação não financeira. Por isso, de seguida serão abordados os principais aspetos relacionados com o RNF.

2.5 Qualidade do relato não financeiro

Nas últimas décadas, a informação não financeira recebe uma crescente atenção por parte das organizações e académicos (Ahmad & Zabri, 2016). Os relatórios não financeiros completam a informação financeira que tem sido, cada vez mais valorizada pelos *stakeholders* pelo que esta informação financeira e não financeira deve ser produzida com qualidade. Neste ponto, aborda-se o tema informação não financeira.

2.5.1 Importância da informação não financeira

As pressões internas e externas exercidas sobre as empresas para adotarem uma gestão em prol da sustentabilidade ambiental e social tornou-se evidente nos últimos anos. Contudo, a utilização de ferramentas de gestão da sustentabilidade pelas empresas ainda não se encontra no ponto ótimo, embora a adoção de práticas sustentáveis traga benefícios e vantagens para as empresas (Corsi & Arru, 2020).

A preocupação dos empresários com a temática responsabilidade social não é nova, pois foi um tema essencialmente desenvolvido no Século XX, desde a década de 1950, sobretudo em países desenvolvidos (Carrol, 1999), fruto da globalização dos mercados e da necessidade de maior transparência e compromisso para com a sociedade.

A responsabilidade social empresarial surge interligada à nova tendência de relato empresarial. O relato da responsabilidade social pode ser realizado nos relatórios anuais, em relatório separado (relatório de responsabilidade social ou de sustentabilidade) ou num relato integrado (Monteiro *et al.*, 2021c). O relatório integrado, para além de incorporar informação económico-financeira, evidencia também informação de natureza social e ambiental (relatório de sustentabilidade) e torna-se uma ferramenta de promoção e divulgação de responsabilidade social, numa perspetiva de vantagem estratégica sustentável (McCracken *et al.*, 2018).

O foco no RNF é cada vez maior. Por um lado, a gestão dá cada vez mais importância, não apenas aos valores tangíveis, mas também aos ativos intangíveis (Arvidsson, 2011). Por outro lado, o interesse dos *stakeholders* por informações não financeiras é cada vez maior, levando as empresas a fornecer cada vez mais informação financeira e não financeira relativamente à atividade empresarial e a aspetos sociais e ambientais (Monteiro *et al.*, 2022). Segundo Arvidsson (2011), a informação não financeira complementa a informação financeira, promove uma imagem mais completa e justa das entidades e permite descrever valores menos tangíveis do que a informação financeira.

Theriou (2015), ao analisar se as empresas atribuem a mesma importância à informação financeira e à não financeira no desenvolvimento e implementação de atividades estratégicas nas empresas, concluiu que as empresas ainda atribuem mais importância à informação financeira. O mesmo autor, averigua ainda que os analistas financeiros utilizam no processo da TD indicadores de desempenho não financeiro, embora estes indicadores ainda representam apenas cerca de 28% do total da informação utilizada no processo de decisão. No entanto, quando a importância dada às informações financeiras mostra uma tendência positiva, mais importância é dada aos indicadores de desempenho não financeiro. Mas quando a informação financeira mostra uma tendência negativa, mais atenção é dada às demonstrações financeiras (Coram *et al.*, 2011). Por sua vez, Monteiro *et al.* (2022) constata que existe uma relação significativa positiva entre a QRF e a QRNF.

2.5.2 Definição de informação não financeira

A informação não financeira pode ser definida como informação não contabilística (Amir & Lev, 1996), informação que não consta nas demonstrações financeiras (Barker & Imam, 2008). Já Barbosa *et al.* (2021) associam a definição de RNF a informações relacionadas a responsabilidade social empresarial.

A informação não financeira pode ser divulgações e métricas não financeiras (pontuações de índices, índices, contagens e outras informações não divulgadas nas demonstrações financeiras) (Upton, 2001), informações setoriais (informações por setores permitindo comparação da informação) (Maj, 2018), condições económicas gerais, mudanças tecnológicas e produtos concorrentes (Cohen *et al.*, 2008), dados qualitativos sobre políticas e operações comerciais (Admiraal *et al.*, 2009) e, ainda, informações relacionadas com responsabilidade social ou sustentabilidade (Chong *et al.*, 2018).

A literatura indica que existem diversos fatores que contribuem para a QRNF, os quais são apresentados de seguida.

2.5.3 Determinantes da qualidade do relato não financeiro

A QRNF pode ser determinada pela utilidade atribuída à informação não financeira na TD (Flöstrand & Ström, 2006). Trata-se de informação de qualidade quando esta é relevante, confiável, completa e comparável (Barker & Eccles, 2018). Segundo Rezaee & Tuo (2019), a QRNF caracteriza-se pelo fornecimento de informações verdadeiras, completas e oportunas.

O SCI pode ser utilizado com sucesso por qualquer entidade para promover informação não financeira em conformidade com as leis (Frazer, 2020). Assim, um SCI adequado garante às empresas a eficiência e eficácia das atividades e, ainda a capacidade de produzir informação confiável (Frazer, 2020). Vários autores referem que a QSCI promove a QRF e a QRNF (Frazer, 2020; Monteiro *et al.*, 2021b) e aumenta a credibilidade e transparência da informação não financeira (Frazer, 2020). Contudo, Monteiro *et al.* (2021a) constata que a QSCI não tem um impacto significativo na QRNF.

A QRNF é também influenciada pelo sistema de informação contabilístico (Patel, 2015), uma vez que os sistemas contabilísticos fornecem informação sobre aspetos sociais e ambientais (Petcharat & Mula, 2009).

O estudo de Monteiro *et al.* (2022), indica que a QRNF é afetada positivamente pela QSCI e pela qualidade do sistema de informação contabilística.

Em termos de impacto da QRF e QRNF, vários autores indicam que ambas as variáveis influenciam a utilidade da informação e o STD (Monteiro *et al.*, 2021b; Barker & Eccles, 2018).

2.6 Utilidade do relato na tomada de decisão

Os gestores, que diariamente tomam decisões, precisam de conhecer, planear e controlar as empresas onde exercem funções. Por esta razão, deverão ter à sua disposição informação que permita a TD com sucesso.

Para obterem informações financeiras e não financeiras úteis à TD, segundo Nguyen e Nguyen (2020), os gestores que tomam decisões necessitam de sistemas de informação que permitam obter, registrar, armazenar e processar dados. Contudo, o valor da informação depende dos benefícios e custos da sua utilização, assim os sistemas de informação são aprovados até ao nível em que os benefícios são superiores ao custo do investimento (Meter, 2006).

Gestores, e outros *stakeholders*, necessitam de sistemas de informação capazes de produzir informações úteis e de qualidade (Monteiro *et al.*, 2022). Nesta mesma linha, Monteiro *et al.* (2021a) referem que, para tomarem as melhores decisões, com o objetivo de atingirem o melhor desempenho financeiro e não financeiro, os gestores precisam de ter acesso a informação financeira e não financeira de qualidade.

O principal objetivo das demonstrações financeiras é relatar informação útil para os seus utilizadores (Eierle & Schultze, 2013). Para que a informação seja útil deve ser de qualidade, ou seja, precisa, relevante, oportuna e completa (Sari *et al.*, 2019). Segundo Monteiro *et al.* (2022), as características qualitativas da informação determinam a sua utilidade. Patel (2015) refere que a utilidade da informação está associada à qualidade dos relatórios financeiros. Para Cepêda e Monteiro (2020), as demonstrações financeiras contêm informações importantes e os utilizadores destas informações atribuem-lhes diferentes níveis de utilidade em função das suas características individuais ou de contexto.

Segundo Al-Wattar *et al.* (2019), a integração da responsabilidade social no sistema de informação contabilística melhora o nível de divulgação do RF e do RNF, assim como a qualidade da informação das empresas como um todo.

Atualmente, a informação contabilística inclui tanto de informação financeira como a não financeira. Um sistema contabilístico eficaz, com registos contabilísticos mais rápidos, precisos e oportunos, é útil no sentido de permitir elaborar relatórios que auxiliam no processo de TD. Segundo Lim (2013), o desenvolvimento da tecnologia de informação contribui para a informatização da informação contabilística, gerando fluxo de informação eficaz e eficiente para a TD.

Por outro lado, vários autores verificam que a QSCI garante a obtenção de relatórios financeiros e não financeiros precisos e de maior qualidade (Frazer, 2020; Monteiro *et al.*, 2021a). Assim, segundo os mesmos autores a QSCI aumenta a credibilidade e

autenticidade de tais informações. Ademais, organizações com informação contabilística de utilidade elevada tendem a ter uma TD de sucesso (Phornlaphatrachakorn, 2019).

2.7 Sucesso na tomada de decisão

O sucesso e desempenho das empresas depende das decisões empresariais (Putri, 2018).

Segundo Athanasou e Perera (2019), a TD implica definir um conjunto de metas a alcançar com base em possíveis alternativas ou cenários e escolher a melhor opção. A TD é um processo psicológico de análise de várias alternativas, as quais indicam a informação necessária para fazer uma escolha (Shahsavarani & Abadi, 2015).

O STD é a capacidade das empresas de gerirem os problemas com sucesso (White *et al.*, 2015). As decisões para serem tomadas com sucesso necessitam de informação útil e de qualidade (Monteiro *et al.*, 2022). Segundo Culp (2016), o STD depende de informação financeira completa, adequada e atualizada. Assim, o STD depende direta e indiretamente da utilização da informação financeira e informação não financeira, quando esta reúne as características de qualidade (Napitupulu, 2018). Monteiro *et al.* (2022) definem o STD como a capacidade que as empresas dispõem de escolher as alternativas e/ou opções de negócios mais adequadas aos objetivos e/ou resultados desejados.

A informação constante nos relatórios financeiros é fundamental na TD. Por isso, o STD está diretamente associado à utilidade da informação contabilística (Ježovita, 2015), à QSCI (Phornlaphatrachakorn, 2019) e à qualidade do sistema de informação contabilístico (Nguyen & Nguyen, 2020).

A literatura também sugere que o STD é determinado pela qualidade da informação não financeira (Barker & Eccles, 2018; Monteiro *et al.*, 2021a; Monteiro *et al.*, 2022). Vários autores referem que a informação não financeira é importante para colmatar uma lacuna existente em termos de TD (Barker & Eccles, 2018; Laskin, 2016). Por isso, Mbabazi *et al.* (2015) referem que a informação não financeira desempenha um papel fundamental na TD.

Depois de uma melhor perceção dos impactos da qualidade/utilidade do relato financeiro e não financeiro no STD, assim como nos determinantes, QCG, QFA e QSCI, o próximo capítulo explica os objetivos, modelo conceptual e hipóteses de investigação.

CAPÍTULO III – OBJETIVOS, MODELO CONCEPTUAL E HIPÓTESES DE PESQUISA

Neste capítulo apresentam-se os objetivos, o modelo conceptual, bem como as hipóteses de investigação.

3.1 Objetivos da investigação

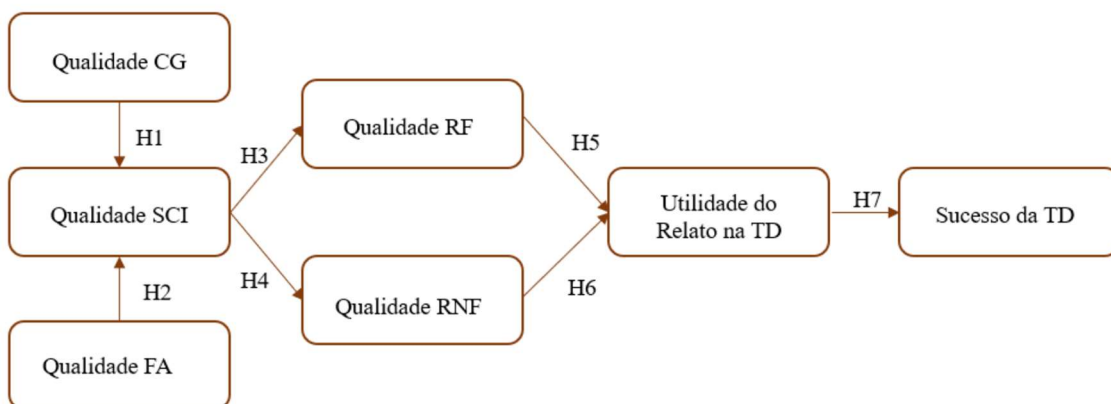
Este estudo tem como objetivo geral desenvolver e avaliar um modelo teórico proposto com o propósito de analisar o impacto da utilidade e qualidade do relato financeiro e não financeiro na TD, tendo em conta o papel da CG, da FA e do SCI. Especificamente, o objetivo é analisar se:

1. A QCG influencia positivamente a QSCI;
2. A QFA influencia positivamente a QSCI;
3. A QSCI influencia positivamente a QRF;
4. A QSCI influencia positivamente a QRNF;
5. A QRF influencia positivamente a utilidade do relato na TD;
6. A QRNF influencia positivamente a utilidade do relato na TD;
7. A utilidade do relato na TD influencia positivamente o sucesso da TD.

3.2 Modelo conceptual

Os objetivos específicos deste estudo dão lugar às 7 hipóteses de investigação apresentadas no modelo conceptual (figura 5).

Figura 5: Modelo conceptual



Fonte: Elaboração própria

3.3 Hipóteses de investigação

O modelo conceptual apresentado inclui diversas relações entre as variáveis, as quais sugerem diversas hipóteses de investigação. De seguida serão apresentadas e fundamentadas as hipóteses de investigação presentes no modelo proposto.

Tal como referido anteriormente, a literatura sugere a existência de uma relação positiva entre a QCG e a QSCI (Tumwebaze *et al.*, 2018). Xu (2009) salienta que gestores competentes são tão importantes como deter sistemas de informação de qualidade. A competência e qualidade da gestão está diretamente relacionada com a qualidade dos sistemas de informação utilizados (Napitupulu, 2020). Segundo Ma (2006) a qualidade da informação divulgada resultante do SCI está dependente da QCG. Assim, neste estudo é formulada a primeira hipótese de investigação:

H1: A QCG influencia positivamente a QSCI.

A QFA está diretamente relacionada com a qualidade da informação contabilística (Palazuelos *et al.*, 2018). Por outro lado, auditorias rigorosas contribuem positivamente para a QSCI (Schroeder & Shepardson, 2016). Chen *et al.* (2011) referem, ainda, que a competência do auditor está positivamente relacionada com a QSCI. A FA, na qualidade de função independente, tem um efeito direto na QSCI (Danescu *et al.*, 2015) Neste contexto, a segunda hipótese de investigação é formulada:

H2: A QFA influencia positivamente a QSCI.

A QSCI é importante para as empresas, pois concede confiança aos que produzem relatórios financeiros de melhor qualidade (Schroeder & Shepardson, 2016). Neste sentido, Ji *et al.* (2017) referem que estabelecer um SCI de qualidade é uma forma importante de garantir a QRF. A literatura evidencia que a qualidade dos relatórios financeiros é diretamente afetada pela QSCI e pela qualidade do sistema de informação contabilístico (Monteiro *et al.*, 2021b). Segundo Monteiro *et al.* (2021a), a QSCI tem um impacto significativo e positivo na qualidade do sistema de informação contabilístico e na qualidade da informação financeira. Assim, formula-se a terceira hipótese de investigação:

H3: A QSCI influencia positivamente a QRF.

SCI eficazes garantem às empresas credibilidade e autenticidade das suas informações financeiras e não financeiras, aumentando a confiança de quem utiliza tal informação (Frazer, 2020). Segundo o mesmo autor, o SCI quando aplicado com sucesso promove relatórios financeiros e não financeiros mais precisos e de maior qualidade. Contudo, Monteiro *et al.* (2021a) constata que o impacto da QSCI na QRNF não é significativo. No entanto, os mesmos autores referem que a QRF é uma variável que medeia a relação QSCI e QRNF. Por outro lado, Monteiro *et al.* (2022) referem que tanto a QSCI como a qualidade do sistema de informação contabilístico têm um impacto positivo na qualidade da informação não financeira. No mesmo sentido, Bauer *et al.* (2017), referem que a QSCI contribui positivamente para a qualidade da informação não financeira. Neste contexto, elaborámos a quarta hipótese de investigação é formulada neste estudo:

H4: A QSCI influencia positivamente a QRNF.

Para Ozturk e Ozcelik (2014), a informação produzida pela contabilidade é uma ferramenta fundamental na TD. As demonstrações financeiras contêm informações importantes (Akhtar & Liu, 2018) e os seus utilizadores atribuem-lhes diferentes níveis de utilidade (Eierle & Schultze, 2013). Segundo Cepêda & Monteiro (2020), empresas com demonstrações financeiras mais completas atribuem maior utilidade à informação financeira na TD. De acordo com Soudani (2012), a TD dos gestores exige informações financeiras úteis e de qualidade. O estudo de Monteiro *et al.* (2021b) mostra que a QRF tem um impacto positivo na utilidade das informações financeiras. Neste contexto, formula-se a quinta hipótese de investigação:

H5: A QRF influencia positivamente a URTD.

A inclusão de informação não financeira nos relatórios empresariais é uma questão fundamental para a transparência do relato empresarial (Lu & Abeysekera, 2014). Segundo Arvidsson (2011), os gestores de grandes empresas reconhecem a utilidade da informação não financeira na TD, sendo esta fundamental para complementar a informação financeira. Os indicadores não financeiros podem revelar-se de grande utilidade para a TD dos gestores (Sievers *et al.*, 2013). As informações não financeiras são importantes e úteis na TD (Barker & Eccles, 2018). Assim, a sexta hipótese de investigação é formulada:

H6: A QRNF influencia positivamente a URTD.

Segundo Amoako (2013), o sucesso de uma empresa pode ser determinado pela importância dada pela gestão à informação financeira. A utilidade da informação contábilística tem uma influência positiva no STD (Phornlaphatrachakorn, 2019). A literatura refere ainda, que o sistema de informação contábilístico gera informações financeiras confiáveis e necessárias para a TD, criando oportunidades para as empresas melhorarem os seus negócios (Lim, 2013). Assim, neste estudo é formulada a última hipótese de investigação:

H7: A URTD influencia positivamente o STD.

A tabela seguinte apresenta um resumo das hipóteses de investigação desenvolvidas no estudo.

Tabela 3: Hipóteses de pesquisa

Hipóteses	Relação	Autores
H1	QCG – QSCI	Ma (2006); Xu (2009); Tumwebaze <i>et al.</i> (2018); Napitupulu (2020)
H2	QFA – QSCI	Danescu <i>et al.</i> (2015); Schroeder & Shepardson (2016); Palazuelos <i>et al.</i> (2018); Chen <i>et al.</i> (2019)
H3	QSCI – QRF	Schroeder & Shepardson (2016); Ji <i>et al.</i> (2017); Monteiro <i>et al.</i> (2021a, b)
H4	SCI – QRNF	Bauer <i>et al.</i> (2017); Frazer (2020); Monteiro <i>et al.</i> (2021a); Monteiro <i>et al.</i> (2022)
H5	QRF – URTD	Soudani (2012); Eierle & Schultze (2013); Ozturk & Ozcelik (2014); Akhtar & Liu (2018); Cepêda & Monteiro (2020); Monteiro <i>et al.</i> (2021b)
H6	QRNF – URTD	Arvidsson (2011); Sievers <i>et al.</i> (2013); Lu & Abeysekera (2014); Barker & Eccles (2018); Monteiro <i>et al.</i> (2022)
H7	URTD – STD	Lim (2013); Amoako (2013); Phornlaphatrachakorn (2019)

Fonte: elaboração própria

O capítulo seguinte descreve a metodologia de investigação adotada neste estudo.

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo apresenta-se a metodologia que permite alcançar os objetivos definidos neste estudo.

4.1 Instrumentos de pesquisa

Este estudo segue uma abordagem quantitativa. Assim, foi aplicado um inquérito, por questionário, aos contabilistas certificados de pequenas, médias e grandes empresas portuguesas com auditoria. O questionário foi elaborado no *software LimeSurvey*.

4.2 Pré-teste

Numa primeira fase foi efetuado um pré-teste ao questionário a quatro contabilistas certificados para fazerem a sua apreciação sobre o conteúdo do questionário. Este procedimento foi utilizado no sentido de que o questionário pudesse ser aperfeiçoado e futuramente aplicado.

4.3 Estrutura do inquérito por questionário

O inquérito encontra-se dividido em 9 grupos e tem um total de 71 questões. As duas primeiras partes e a última do questionário incluem questões referentes à caracterização da amostra de empresas e dos respondentes, respetivamente. Nas duas primeiras partes apenas constam perguntas fechadas. As perguntas da última parte do questionário são abertas. Os restantes 7 grupos do questionário incluem questões que permitem medir os diferentes construtos do modelo teórico proposto e as hipóteses de pesquisa. As escalas de medida utilizadas foram baseadas em estudos anteriores e a perceção dos contabilistas certificados foi avaliada numa escala de *Likert* de 5 pontos, onde 1 corresponde a “discordo totalmente” e 5 corresponde a “concordo totalmente” (Monteiro *et al.*, 2021b; Phornlaphatrachakorn, 2019; Soudani, 2012).

Relativamente aos itens utilizados para medir as dimensões da FA, competência e objetividade/independência, apresentados na tabela seguinte, foram obtidos/adaptados de Prawitt *et al.* (2009) e Al-Shetwi (2011).

Tabela 4: Itens relativos à QFA

Cod.	Item	Autores
	Competência	
QFA1	A equipa de auditoria atua com base em políticas, programas e procedimentos adequados ao exercício da função.	Prawitt <i>et al.</i> (2009)
QFA2	A equipa de auditoria desenvolve papeis de trabalho adequados ao exercício da função.	Prawitt <i>et al.</i> (2009)
QFA3	A equipa de auditoria elabora relatórios de auditoria com qualidade e utilidade para os seus destinatários.	Prawitt <i>et al.</i> (2009)
QFA4	A equipa de auditoria elabora recomendações pertinentes e fundamentadas na legislação no normativo contabilístico.	Prawitt <i>et al.</i> (2009)
QFA5	A equipa de auditoria tem uma notável experiência profissional.	Prawitt <i>et al.</i> (2009)
QFA6	A equipa de auditoria tem elevada formação/qualificação na área de atuação.	Prawitt <i>et al.</i> (2009)
	Objetividade/Independência	
QFA7	A equipa de auditoria possuiu políticas/procedimentos que permitam manter a objetividade nas funções que desempenham.	Prawitt <i>et al.</i> (2009)
QFA8	A equipa de auditoria participa nas reuniões do conselho de administração.	Al-Shetwi (2011)
QFA9	Equipa de auditoria tem competências necessárias para avaliar a informação financeira.	Adaptado Al-Shetwi (2011)
QFA10	Equipa de auditoria tem competências necessárias para avaliar a informação não financeira.	Adaptado Al-Shetwi (2011)
QFA11	A equipa de auditoria não se envolve em trabalhos que não sejam de auditoria.	Al-Shetwi (2011)
QFA12	A equipa de auditoria não se envolve na conceção/ <i>design</i> dos procedimentos internos do cliente.	Adaptado Al-Shetwi (2011)
QFA13	A equipa de auditoria reporta as recomendações ao Conselho de Administração.	Adaptado Al-Shetwi (2011)

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à avaliação da QCG, neste estudo utilizam-se itens obtidos/adaptados de Napitupulu (2020), conforme tabela 5.

Tabela 5: Itens relativos à QCG

Cod.	Item	Autores
	Transparência	
QCG1	O <i>Corporate Governance</i> apresenta uma atitude favorável relativamente à divulgação de informação relevante e abertura no processo de tomada de decisão.	Napitupulu (2020)
QCG2	O <i>Corporate Governance</i> apresenta abertura no processo de tomada de decisão e abertura na divulgação e fornecimento de informação relevante à cerca da empresa.	Napitupulu (2020)
	Accountability	
QCG3	O <i>Corporate Governance</i> contribui para a clareza das funções e implementação da responsabilização (accountability) dos órgãos da empresa.	Napitupulu (2020)

Cod.	Item	Autores
QCG4	O <i>Corporate Governance</i> contribui para a clareza das funções e implementação da responsabilização (accountability) dos órgãos da empresa para que a gestão funcione eficazmente.	Napitupulu (2020)
QCG5	O <i>Corporate Governance</i> explica as diferentes funções, responsabilidades e apoio aos esforços para assegurar o equilíbrio entre os interesses da gestão e <i>stakeholders</i> .	Napitupulu (2020)
	Responsabilidade	
QCG6	O <i>Corporate Governance</i> contribui para uma gestão em conformidade com a legislação.	Adaptado Napitupulu (2020)
QCG7	O <i>Corporate Governance</i> contribui para uma gestão em conformidade com os valores éticos.	Adaptado Napitupulu (2020)
QCG8	O <i>Corporate Governance</i> contribui para uma gestão em conformidade com as normas, princípios e práticas de uma boa governança corporativa.	Adaptado Napitupulu (2020)
QCG9	O <i>Corporate Governance</i> assegura o cumprimento das regras e regulamentos aplicáveis em conformidade com os valores sociais.	Napitupulu (2020)
	Independência	
QCG10	O <i>Corporate Governance</i> tem gestores profissionais de empresas sem influência ou qualquer pressão.	Napitupulu (2020)
	Justiça	
QCG11	O <i>Corporate Governance</i> contribui para a justiça e igualdade no cumprimento dos direitos dos <i>stakeholders</i> decorrentes de acordos e legislação.	Napitupulu (2020)
QCG12	O <i>Corporate Governance</i> assegura a proteção dos direitos e o compromisso com os <i>stakeholders</i> .	Napitupulu (2020)

Fonte: Elaboração própria

A tabela 6 apresenta os itens que permitem avaliar a QSCI, os quais foram obtidos de Phornlaphatrachakorn (2019), Monteiro *et al.* (2021a, b).

Tabela 6: Itens relativos à QSCI

Cod.	Item	Autores
QSCI1	O Sistema de Controlo Interno melhora e promove a eficiência e eficácia operacional da empresa.	Phornlaphatrachakorn (2019) Monteiro <i>et al.</i> (2021a, b)
QSCI2	O Sistema de Controlo Interno permite à empresa atingir metas e objetivos de negócio.	Phornlaphatrachakorn (2019) Monteiro <i>et al.</i> (2021a)
QSCI3	O Sistema de Controlo Interno permite à empresa construir e criar operações, atividades e práticas comerciais.	Phornlaphatrachakorn (2019) Monteiro <i>et al.</i> (2021a, b)
QSCI4	O Sistema de Controlo Interno permite à empresa elaborar informação financeira de qualidade.	Monteiro <i>et al.</i> (2021a, b)
QSCI5	O Sistema de Controlo Interno permite à empresa elaborar informação não financeira de qualidade.	Monteiro <i>et al.</i> (2021a)
QSCI6	A empresa cumpre todos os regulamentos exigidos, ou seja, leis, regras, diretrizes, padrões e outras questões relacionadas com o controlo de qualidade.	Phornlaphatrachakorn (2019) Monteiro <i>et al.</i> (2021a, b)
QSCI7	O Sistema de Controlo Interno da empresa é de qualidade.	Monteiro <i>et al.</i> (2021a)

Fonte: Elaboração própria

A tabela 7 apresenta os itens que permitem avaliar a QRF, os quais foram obtidos de Dornier (2018) e Monteiro *et al.* (2021a, b).

Tabela 7: Itens relativos à QRF

Cod.	Item	Autores
QRF1	Qualidade da Informação Financeira ajuda o gestor na tomada de decisão.	Monteiro <i>et al.</i> (2021a, b) Dornier (2018)
QRF2	A informação financeira é cuidadosamente preparada para garantir a sua credibilidade.	Monteiro <i>et al.</i> (2021a, b)
QRF3	A informação financeira produzida é consistente com as necessidades dos seus utilizadores.	Monteiro <i>et al.</i> (2021a) Dornier (2018)
QRF4	A informação financeira produzida é facilmente compreendida pelos seus utilizadores.	Monteiro <i>et al.</i> (2021a, b) Dornier (2018)
QRF5	A informação financeira produzida inclui todos os aspetos que os utilizadores necessitam para o processo de tomada de decisão.	Monteiro <i>et al.</i> (2021a) Dornier (2018)
QRF6	A informação financeira é produzida em tempo útil para a tomada de decisão.	Monteiro <i>et al.</i> (2021a) Dornier (2018)
QRF7	A informação financeira retrata de forma verdadeira e apropriada aquilo que deseja retratar.	Monteiro <i>et al.</i> (2021a, b)
QRF8	A informação financeira produzida está livre de julgamentos e valor.	Monteiro <i>et al.</i> (2021a)

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à avaliação da QRNF, neste estudo utilizam-se itens obtidos de Monteiro *et al.* (2021a), conforme tabela 8.

Tabela 8: Itens relativos à QRNF

Cod.	Item	Autores
QRNF1	A precisão das informações não financeiras ajuda na tomada de decisões.	Monteiro <i>et al.</i> (2021a)
QRNF2	As informações não financeiras são cuidadosamente preparadas para garantir a sua qualidade.	Monteiro <i>et al.</i> (2021a)
QRNF3	A informação não financeira produzida é facilmente compreendida pelos seus utilizadores.	Monteiro <i>et al.</i> (2021a)
QRNF4	A informação não financeira inclui todas as informações necessárias para a tomada de decisões.	Monteiro <i>et al.</i> (2021a)
QRNF5	A informação não financeira produzida está livre de julgamentos e valor.	Monteiro <i>et al.</i> (2021a)

Fonte: Elaboração própria

A tabela 9 apresenta os itens que permitem avaliar a URTD, os quais foram adaptados de Monteiro *et al.* (2021b).

Tabela 9: Itens relativos à URTD

Cod.	Item	Autores
URTD1	Os gestores dão a devida importância à informação financeira na tomada de decisão.	Adaptado Monteiro <i>et al.</i> (2021b)
URTD2	Os gestores dão a devida importância à informação não financeira na tomada de decisão.	Adaptado Monteiro <i>et al.</i> (2021b)
URTD3	Os gestores dão valor à informação financeira na tomada de decisão.	Adaptado Monteiro <i>et al.</i> (2021b)
URTD4	Os gestores dão valor à informação não financeira na tomada de decisão.	Adaptado Monteiro <i>et al.</i> (2021b)
URTD5	Os gestores solicitam outro tipo de informação além da relatada no relatório e contas.	Adaptado Monteiro <i>et al.</i> (2021b)
URTD6	Os gestores solicitam frequentemente informação à contabilidade para tomar decisões.	Adaptado Monteiro <i>et al.</i> (2021b)

Fonte: Elaboração própria

A tabela 10 apresenta os itens que permitem avaliar o STD, os quais foram obtidos de Phornlaphatrachakorn (2019) e Monteiro *et al.* (2021a).

Tabela 10: Itens relativos ao STD

Cod.	Item	Autores
STD1	As decisões tomadas pelos gestores permitem à empresa obter vantagens em termos de operações, gestão e desempenho.	Phornlaphatrachakorn (2019) Monteiro <i>et al.</i> (2021a)
STD2	As decisões tomadas pelos gestores sobre os investimentos, tiveram em consideração diferentes alternativas ou opções, o que permite à empresa escolher a melhor solução.	Phornlaphatrachakorn (2019) Monteiro <i>et al.</i> (2021a)
STD3	Decisões tomadas pelos gestores sobre operações futuras, com base nas melhores práticas em fazer negócios a longo prazo, têm contribuído para uma melhor performance da empresa.	Monteiro <i>et al.</i> (2021a)
STD4	As decisões tomadas pelos gestores contribuem para maximizar o funcionamento eficiente e eficaz da empresa.	Phornlaphatrachakorn (2019) Monteiro <i>et al.</i> (2021a)
STD5	As decisões tomadas pelos gestores determinam o sucesso da empresa.	Monteiro <i>et al.</i> (2021a)

Fonte: Elaboração própria

De seguida apresenta-se o processo utilizado na recolha de dados.

4.4 Processo de seleção da amostra e recolha de dados

A seleção da amostra foi realizada na base de dados SABI, onde foram aplicados 5 filtros: (1) todas as empresas com endereço de e-mail (Portugal); (2) último número de funcionários: mínimo 10; (3) empresas com auditoria; (4) forma jurídica Portugal: associação, cooperativa, entidade estrangeira, estabelecimento individual de

responsabilidade limitada, fundo, outras formas jurídicas, sector empresarial local/regional/estado, sociedade anónima, sociedade em comandita, sociedade em nome coletivo, sociedade por quotas, sociedade unipessoal por quotas; (5) estado (Portugal): ativa.

A base de dados gerou uma lista de 15.542 empresas com e-mail disponível. Embora seja um número substancial, decidiu-se enviar o inquérito para os contabilistas certificados de todas as empresas constantes na listagem, uma vez que o estudo é aplicado aos contabilistas certificados portugueses e a probabilidade de obter resposta é relativamente baixa.

O *link* do inquérito foi enviado por e-mail às empresas e dirigido aos contabilistas certificados. No período de 17 de junho a 25 de julho foram enviados os e-mails (apêndice III e IV).

No decorrer do período indicado, foram obtidas 575 respostas completas, desta foram eliminadas 182 por não se tratar de contabilistas certificados, 59 por não serem contabilistas certificados de uma pequena, média ou grande empresa e 50 por não estarem sujeitas a auditoria. Assim, foram obtidas 284 observações válidas. Dado o elevado número de contabilistas certificados de pequenas médias e grandes empresas portuguesas sujeitas a auditoria (registados na Ordem dos Contabilistas Certificados) trata-se de uma amostra de conveniência e não probabilística, sendo este um procedimento usado em estudos científicos com uma população numerosa (Cepêda & Monteiro, 2020; Montenegro & Rodrigues, 2020; Monteiro *et al.*, 2022).

4.5 Procedimentos estatísticos na análise de dados

A análise de dados engloba três fases. A primeira corresponde à análise preliminar dos dados, a qual é seguida da avaliação do modelo de medida e da avaliação do modelo estrutural.

4.5.1 Análise preliminar dos dados

Na fase da análise preliminar dos dados, começa-se por exportar em formato *Excel* os dados provenientes do *LimeSurvey* e codificar os itens de cada construto, conforme

apresentado nas tabelas 4 a 10. Posto isto, os dados foram importados para o *software* estatístico SPSS, versão 26.

No *software* SPSS procedemos à “limpeza” dos dados, envolvendo quatro etapas: o tratamento de dados em falta, a análise dos dados extremos (*outliers*), a análise da tendência central e da normalidade e a análise da dimensão da amostra.

Posteriormente, com os dados devidamente preparados, procede-se à caracterização e análise da amostra.

4.5.2 Avaliação do modelo de medida

A avaliação do modelo de medida é feita através de uma análise fatorial, podendo a mesma classificar-se em dois tipos, a análise fatorial exploratória (usada quando não existe informação prévia sobre a estrutura fatorial) e análise fatorial confirmatória (usada quando existe informação prévia sobre a estrutura fatorial que é preciso confirmar) (Marôco, 2010). Segundo o mesmo autor, a análise fatorial confirmatória é frequentemente usada para avaliar a qualidade de ajustamento do modelo de medida através do método da máxima verossimilhança, tal como sucede no *software* AMOS.

O desenho do modelo de medida teve em consideração os principais símbolos e os seus significados, tal como demonstrado na tabela 11.

Tabela 11 – Símbolos usados na representação gráfica do modelo de medida

Símbolo	Significado
□	Variável manifesta ou observada (manipuladas ou observadas diretamente).
○	Variável latente (não são diretamente observáveis ou mensuráveis, ou seja, resulta da existência de variáveis manifestas ou observadas).
→	Relação causal.
↔	Relação recursiva ou de <i>feedback</i> .
↔	Relação correlacional.

Fonte: Adaptado de Marôco (2010)

Para medir o ajustamento do modelo são usadas medidas absolutas (mede se o modelo se ajusta aos dados da amostra), incrementais (confronta o modelo teórico com o modelo de referência) e parcimoniosas (ajusta o número de parâmetros do modelo estimado) (Hair *et al.*, 1998; Marôco, 2010), apresentados na tabela seguinte.

Tabela 12 – Principais medidas de ajustamento do MEE

Medida	Descrição	Valor de referência
Medidas absolutas		
$\frac{\chi^2}{g.l.}$	Valor do qui-quadrado obtido em relação ao grau de liberdade	Entre 2 e 3 (bom ajustamento), até 5 (aceitável).
RMSEA (<i>Root Mean Square Error of Approximation</i>)	Mede a discrepância entre o modelo teórico e o observado por graus de liberdade	<0,05 (bom ajustamento); 0,05 a 0,08 (ajustamento razoável); 0,08 a 0,09 (ajustamento aceitável).
Medidas incrementais		
NFI (<i>Normed Fit Index</i>)	Compara o modelo proposto com o modelo nulo	$\geq 0,90$ (bom ajustamento); 0,83 (nível limiar de aceitabilidade).
CFI (<i>Comparative Fit Index</i>)	Compara o modelo proposto e o modelo nulo tendo em conta o tamanho da amostra. Corrige as limitações do NFI	0 (ajustamento pobre); 1 (ajustamento perfeito); $>0,90$ e <1 (bom ajustamento).
Medidas parcimoniosas		
PNFI (<i>Parsimonious Normed Fit Index</i>)	Ajusta o NFI pelos graus de liberdade	0,60 a 0,80 (ajustamento razoável); $>0,80$ (bom ajustamento).
PGFI (<i>Parsimonious Goodness-of-Fit-Index</i>)	Ajusta o GFI pelos graus de liberdade	0,60 a 0,80 (ajustamento razoável); $>0,80$ (bom ajustamento).

Fonte: adaptado de Hair *et al.* (1998) e Marôco (2010)

Contudo, segundo Marôco (2010), também é fundamental avaliar a unidimensionalidade, a fiabilidade e a validade dos construtos e não só avaliar o ajustamento do modelo. A unidimensionalidade confere a validade dos construtos (Anderson & Gerbing, 1988). No *software* AMOS, a observação das covariâncias dos erros, numa tentativa erro, permite obter os indicadores que melhor representam o construto analisado. A fiabilidade dos construtos pode ser medida pela Fiabilidade Compósita (FC) que, segundo Marôco (2010), deve apresentar um valor superior a 0,70. No presente estudo será avaliada a validade convergente, tendo em conta se os valores dos coeficientes estandardizados são superiores a 0,50 (Stenkamp *et al.*, 1991), e a validade discriminante, tendo em conta se o construto apresenta um valor para a Média da Variância Extraída (MVE) superior a 0,50 (Fornell & Larcker, 1981).

Após a avaliação do modelo de medida, segue-se a fase da avaliação do modelo estrutural.

4.5.3 Avaliação do modelo estrutural

O MEE pode ser definido como um modelo linear que estabelece as relações entre as variáveis manifestas e latentes (Marôco, 2010).

Na análise do MEE avalia-se a relação entre as variáveis do modelo teórico em simultâneo e globalmente. Assim, no estudo são testadas as hipóteses de relação direta com o modelo e caso algumas das hipóteses não seja suportada ($p\text{-value} > 0,05$), o modelo deve ser revisto.

Adicionalmente, neste estudo, são avaliados os efeitos diretos (impacto de uma variável preditora numa variável de resultado) e os efeitos indiretos (ao efeito de uma variável numa variável de resultado) das relações estabelecidas no modelo (Little *et al.*, 2007). Posto isto, neste estudo é realizada a análise dos efeitos diretos, indiretos e totais das variáveis presentes no modelo proposto.

CAPÍTULO V – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo procede-se à análise de dados e discussão de resultados. Com a intenção de avaliar o modelo teórico apresentado, começa-se pela análise preliminar dos dados e a caracterização da amostra, a qual é seguida da avaliação do modelo de medida e do modelo estrutural. Neste capítulo apresenta-se ainda a discussão dos resultados.

5.1 Análise preliminar dos dados

Antes da avaliação do modelo proposto, é efetuada uma análise preliminar aos dados, com o objetivo de preparar os dados e avaliar se estes reúnem os requisitos necessários à análise do modelo estrutural. De seguida, é efetuada a caracterização da amostra.

5.1.1 Tratamento dos dados em falta

Quando os inquiridos não respondem às perguntas do questionário está-se perante o que se define de valores ausentes (Grung & Manne, 1998). No entanto, o MEE não permite valores em falta. Assim, as observações com dados em falta superiores a 30% terão de ser excluídas da amostra (Hair *et al.*, 1998). Assim, neste estudo não foi excluída da amostra nenhuma das observações, uma vez que a percentagem dos dados em falta não se mostrou superior a 30%. Assim, a amostra é representada por 284 observações. Seguidamente, substitui-se os dados em falta existentes pela média da variável (apêndice V). Segundo Hair *et al.* (1998), a substituição de dados em falta pela média da variável não tem impacto nos resultados.

5.1.2 Análise da tendência central e da normalidade

No *software* SPSS procede-se à avaliação da normalidade dos dados, através do teste Kolmogorov-Smirnov (utilizado para amostras superiores a 50 observações) e do teste Shapiro-Wilk (utilizado para amostras de menor dimensão). Os resultados obtidos mostram que os dados não se encontram nos parâmetros de normalidade, uma vez que o $\rho < 0.05$ (apêndice VI). No entanto, no presente estudo não se coloca em causa a qualidade dos índices de ajustamento e das estimativas dos parâmetros, uma vez que não se está perante a presença de violação extrema da normalidade (assimetria $> 2-3$ e curtose $> 7-10$) (Marôco, 2010) (apêndice VII).

5.1.3 Análise dos dados extremos

A análise *boxplot* efetuada no *software* estatístico SPSS permite examinar a existência de *outliers* (identificação de valores que não se encontram em conformidade com a maioria das observações), conforme tabela 13.

Tabela 13 - Dados extremos (*outliers*)

<i>Outliers</i>	
QFA	QFA1, QFA2, QFA3, QFA4, QFA5, QFA6, QFA7, QFA9, QFA10, QFA13.
QCG	QCG1, QCG2, QCG3, QCG4, QCG5, QCG6, QCG7, QCG8, QCG9, QCG10, QCG11, QCG12.
QSCI	QSCI1, QSCI2, QSCI3, QSCI4, QSCI5, QSCI6, QSCI7.
QRF	QRF2, QRF3, QRF4, QRF5, QRF6, QRF7, QRF8.
QRNF	QRNF1, QRNF2, QRNF3, QRNF4, QRNF5.
URTD	URTD1, URTD2, URTD3, URTD4, URTD5, URTD6.
STD	STD1, STD2, STD3, STD4, STD5.

Fonte: elaboração própria

Contudo, após a análise dos *outliers*, opta-se por manter as variáveis com *outliers*, uma vez que estas são representativas da população, porque na escala de 5 pontos de *likert*, estes encontram-se entre 1 e 5 (Hair *et al.*, 1998).

5.1.4 Análise da dimensão da amostra

Segundo Pilati e Laros (2007) o método da máxima verossimilhança e o método dos mínimos quadrados ponderados adequam-se a amostras entre 200 e 500 observações. Assim, pelo facto de não estar na presença da violação extrema da normalidade dos dados e a amostra ser superior a 200 observações, utiliza-se o método da máxima verossimilhança para calcular as estimativas dos parâmetros e avaliar o MEE (Marôco, 2010; Pilati & Laros, 2007).

5.2 Caracterização da amostra

Neste ponto é apresentado tanto o perfil dos respondentes como das empresas que estes representam.

5.2.1 Caracterização do inquirido

Relativamente ao género dos respondentes a maioria é do sexo feminino (53,87%) e tem idade entre os 36 e 55 anos (figuras 6 e 7, respetivamente). No que se refere ao grau de formação académica, 70,42% dos respondentes são licenciados e 15,85% são mestres, conforme observado na figura 8. Relativamente à área de formação dos respondentes, destaca-se contabilidade (54,93%) e gestão (28,52%), como mostra a figura 9. De realçar ainda, que 106 e 100 dos respondentes têm entre 21-30 e 11-20 anos de experiência profissional, respetivamente (figura 10).

Figura 6: Género

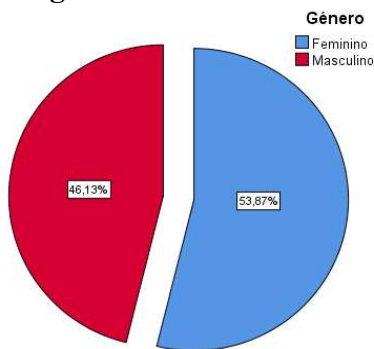


Figura 7: Idade

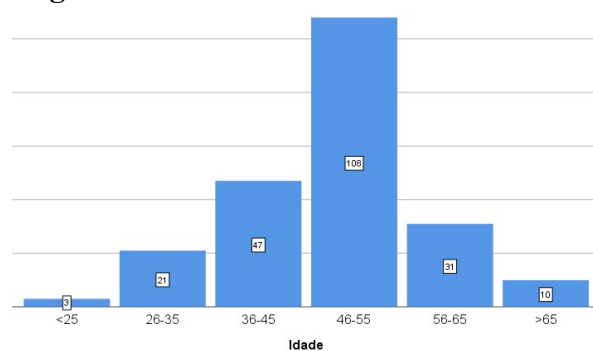


Figura 8: Grau de formação

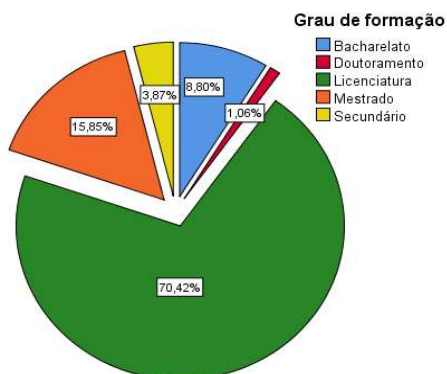


Figura 9: Área de formação

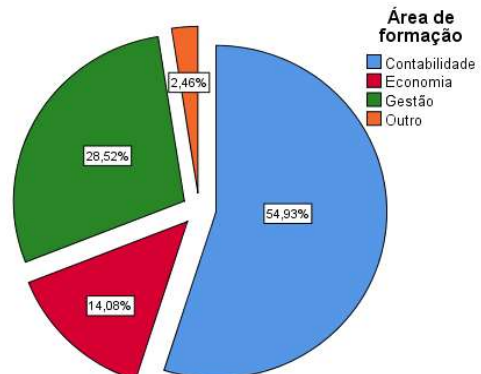
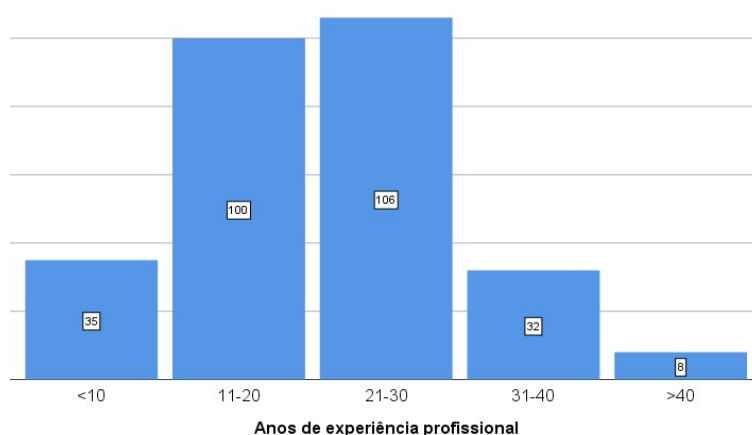


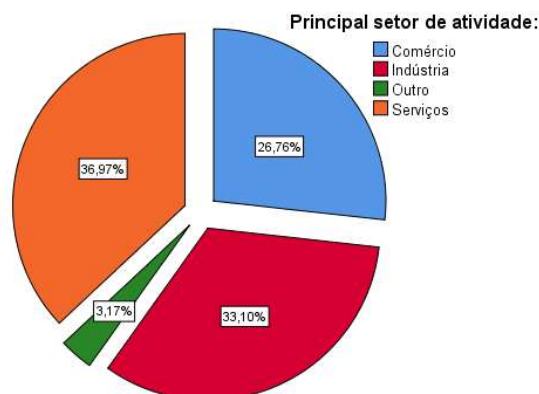
Figura 10: Anos de experiência profissional



5.2.2 Caracterização da empresa

Relativamente ao setor de atividade das empresas, representadas pelos respondentes, 36,97% das empresas prestam serviços, 33,10% pertencem à indústria e 26,76% são comerciais. As restantes empresas atuam noutros setores, nomeadamente na agricultura e na economia social – IPSS.

Figura 11: Principal setor de atividade



Das empresas da amostra, 72,75% têm um departamento de contabilidade (figura 12). Na maioria das empresas (80,84%) o serviço de contabilidade não é subcontratado, sendo subcontratado em apenas 19,16% das empresas (figura 13).

Figura 12: Existência de departamento de contabilidade

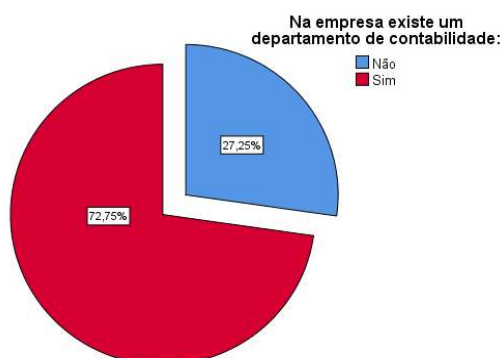
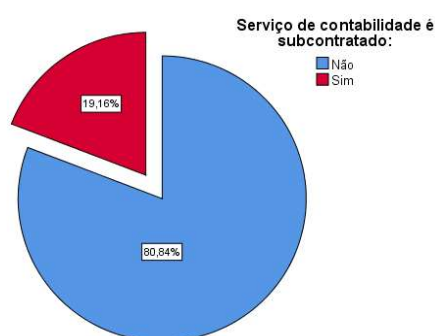


Figura 13: Serviço de contabilidade subcontratado



Quanto à divulgação de informação não financeira, por parte das empresas representadas pelos respondentes, 62,87% das empresas não divulga informação não financeira e 37,13% responderam que divulgam informação não financeira (figura 14). Já no que diz respeito aos meios de divulgação da informação não financeira, de realçar, como se pode observar na figura 15, que 64,71% é feita através de Relatório anual e 16,81% é divulgada no Site oficial da empresa. Apenas 10,08% e 6,72%, das empresas elaboram o relatório de sustentabilidade, responsabilidade social ou ambiental e o relatório integrado, respetivamente (figura 15).

Figura 14: A empresa divulga informação não financeira?

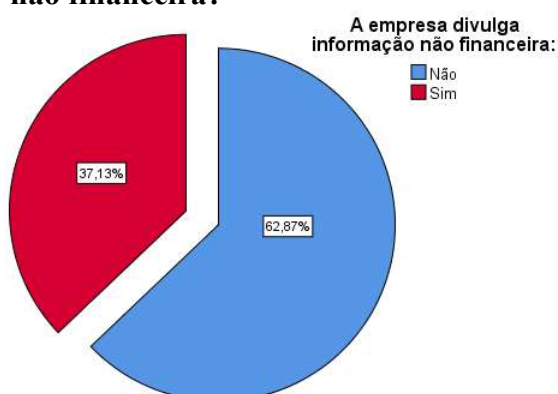
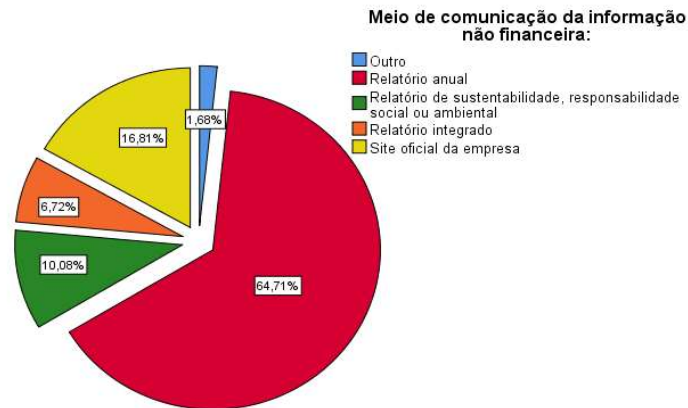


Figura 15: Meio de comunicação da informação não financeira da empresa



Após a caracterização da amostra, através da análise descritiva dos dados, segue-se a avaliação do modelo de medida.

5.3 Avaliação do modelo de medida

Com o propósito de avaliar o modelo de medida, procede-se à avaliação da unidimensionalidade, da fiabilidade e da validade das medidas dos construtos com recurso ao *software* AMOS.

Os resultados da estimação do modelo de medida inicial mostram um ajustamento inaceitável com a exceção do modelo de medida STD. Assim, a escala de medida foi reduzida até o modelo de medida se mostrar com adequado ajustamento. Os ajustamentos do modelo de medida foram realizados com base no peso fatorial (coeficiente > 0,5) e nos índices de modificação gerados pelo *software* AMOS. A tabela 14 apresenta os itens eliminados e retidos nesta análise.

Tabela 14: Itens eliminados e retidos pela análise fatorial confirmatória

Construto	Itens eliminados	Itens retidos
QFA	QFA1, QFA7, QFA8, QFA9, QFA10, QFA11, QFA12, QFA13.	QFA2, QFA3, QFA4, QFA5, QFA6.
QCG	QCG2, QCG3, QCG8, QCG9, QCG10, QCG12.	QCG1, QCG4, QCG5, QCG6, QCG7, QCG11.
QSCI		QSCI1, QSCI2, QSCI3, QSCI4, QSCI5, QSCI6, QSCI7.
QRF	QRF8.	QRF1, QRF2, QRF3, QRF4, QRF5, QRF6, QRF7.
QRNF	QRNF4.	QRNF1, QRNF2, QRNF3, QRNF5.
URTD	URTD2, URTD3.	URTD1, URTD4, URTD5, URTD6.
STD		STD1, STD2, STD3, STD4, STD5.

Fonte: Elaboração própria

De seguida avalia-se a unidimensionalidade, a fiabilidade e a validade dos modelos de medida revisto (tabela 15). Assim, avaliando a unidimensionalidade dos diferentes construtos, verifica-se que todos os itens reportam de forma significativa ao respetivo fator/construto ($>0,50$), o que confirma a unidimensionalidade dos construtos em estudo (Marôco, 2010). Quanto à fiabilidade, medida através da FC, todos os construtos apresentam valores superiores a 0,70, pelo que conferem fiabilidade ao modelo de medida (Marôco, 2010). No que refere à validade do modelo, verifica-se que os valores dos coeficientes estandardizados de cada construto são superiores a 0,50 (Steenkamp *et al.*, 1991), o que confirma a validade convergente. A validade discriminante é comprovada com os valores da MVE superiores a 0,50 (Fornell & Larcker, 1981).

Tabela 15: Análise fatorial confirmatória para cada construto

Cód.	Construto	Coefficiente estandardizado
Qualidade da função de auditoria (FC = 0,944; MVE = 0,657)		
QFA2	A equipa de auditoria desenvolve papeis de trabalho adequados ao exercício da função.	0,698***
QFA3	A equipa de auditoria elabora relatórios de auditoria com qualidade e utilidade para os seus destinatários.	0,761***
QFA4	A equipa de auditoria elabora recomendações pertinentes e fundamentadas na legislação e normativo contabilístico.	0,810***
QFA5	A equipa de auditoria tem uma notável experiência profissional.	0,883***
QFA6	A equipa de auditoria tem elevada formação/qualificação na área de atuação.	0,885***
Qualidade da <i>Corporate Governance</i> (FC = 0,969; MVE = 0,739)		
QCG1	O <i>Corporate Governance</i> apresenta uma atitude favorável relativamente à divulgação de informação relevante e abertura no processo de tomada de decisão.	0,788***
QCG4	O <i>Corporate Governance</i> contribui para a clareza das funções e implementação da responsabilização (accountability) dos órgãos da empresa para que a gestão funcione eficazmente.	0,836***
QCG5	O <i>Corporate Governance</i> explica as diferentes funções, responsabilidades e apoio aos esforços para assegurar o equilíbrio entre os interesses da gestão e stakeholders.	0,863***
QCG6	O <i>Corporate Governance</i> contribui para uma gestão em conformidade com a legislação.	0,875***
QCG7	O <i>Corporate Governance</i> contribui para uma gestão em conformidade com os valores éticos.	0,895***
QC11	A equipa de auditoria não se envolve em trabalhos que não sejam de auditoria.	0,895***

Cód.	Construto	Coefficiente estandardizado
Qualidade do sistema de controlo interno (FC = 0,954; MVE = 0,634)		
QSCI1	O Sistema de Controlo Interno melhora e promove a eficiência e eficácia operacional da empresa.	0,860***
QSCI2	O Sistema de Controlo Interno permite à empresa atingir metas e objetivos de negócio.	0,908***
QSCI3	O Sistema de Controlo Interno permite à empresa construir e criar operações, atividades e práticas comerciais.	0,881***
QSCI4	O Sistema de Controlo Interno permite à empresa elaborar informação financeira de qualidade.	0,830***
QSCI5	O Sistema de Controlo Interno permite à empresa elaborar informação não financeira de qualidade.	0,697***
QSCI6	A empresa cumpre todos os regulamentos exigidos, ou seja, leis, regras, diretrizes, padrões e outras questões relacionadas com o controlo de qualidade.	0,691***
QSCI7	O Sistema de Controlo Interno da empresa é de qualidade.	0,668***
Qualidade do relato financeiro (FC = 0,927; MVE = 0,515)		
QRF1	Qualidade da Informação Financeira ajuda o gestor na tomada de decisão.	0,630***
QRF2	A informação financeira é cuidadosamente preparada para garantir a sua credibilidade.	0,743***
QRF3	A informação financeira produzida é consistente com as necessidades dos seus utilizadores.	0,785***
QRF4	A informação financeira produzida é facilmente compreendida pelos seus utilizadores.	0,709***
QRF5	A informação financeira produzida inclui todos os aspetos que os utilizadores necessitam para o processo de tomada de decisão.	0,680***
QRF6	A informação financeira é produzida em tempo útil para a tomada de decisão.	0,685***
QRF7	A informação financeira retrata de forma verdadeira e apropriada aquilo que deseja retratar.	0,780***
Qualidade do relato não financeiro (FC = 0,897; MVE = 0,569)		
QRNF1	A precisão das informações não financeiras ajuda na tomada de decisões.	0,668***
QRNF2	As informações não financeiras são cuidadosamente preparadas para garantir a sua qualidade.	0,905***
QRNF3	A informação não financeira produzida é facilmente compreendida pelos seus utilizadores.	0,818***
QRNF5	A informação não financeira produzida está livre de julgamentos e valor.	0,586***
Utilidade do relato na tomada de decisão (FC = 0,911; MVE = 0,592)		
URTD1	Os gestores dão a devida importância à informação financeira na tomada de decisão.	0,787***
URTD4	Os gestores dão valor à informação não financeira na tomada de decisão.	0,778***
URTD5	Os gestores solicitam outro tipo de informação além da relatada no relatório e contas.	0,704***
URTD6	Os gestores solicitam frequentemente informação à contabilidade para tomar decisões.	0,704***

Cód.	Construto	Coefficiente estandardizado
Sucesso da tomada de decisão (FC = 0,946; MVE = 0,661)		
STD1	As decisões tomadas pelos gestores permitem à empresa obter vantagens em termos de operações, gestão e desempenho.	0,800***
STD2	As decisões tomadas pelos gestores sobre os investimentos, tiveram em consideração diferentes alternativas ou opções, o que permite à empresa escolher a melhor solução.	0,826***
STD3	Decisões tomadas pelos gestores sobre operações futuras, com base nas melhores práticas em fazer negócios a longo prazo, têm contribuído para uma melhor performance da empresa.	0,809***
STD4	As decisões tomadas pelos gestores contribuem para maximizar o funcionamento eficiente e eficaz da empresa.	0,890***
STD5	As decisões tomadas pelos gestores determinam o sucesso da empresa.	0,733***
Cálculo da FC e MVE no apêndice VIII		

Fonte: Elaboração própria

5.4 Avaliação do modelo estrutural

Neste ponto é avaliado o modelo teórico proposto e são testadas as hipóteses de pesquisa presentes neste estudo (H1-H7). A tabela 16 apresenta medidas de ajustamento do modelo teórico proposto. Tendo em consideração as medidas de referência, os resultados da análise do modelo estrutural indicam um ajustamento razoável/aceitável.

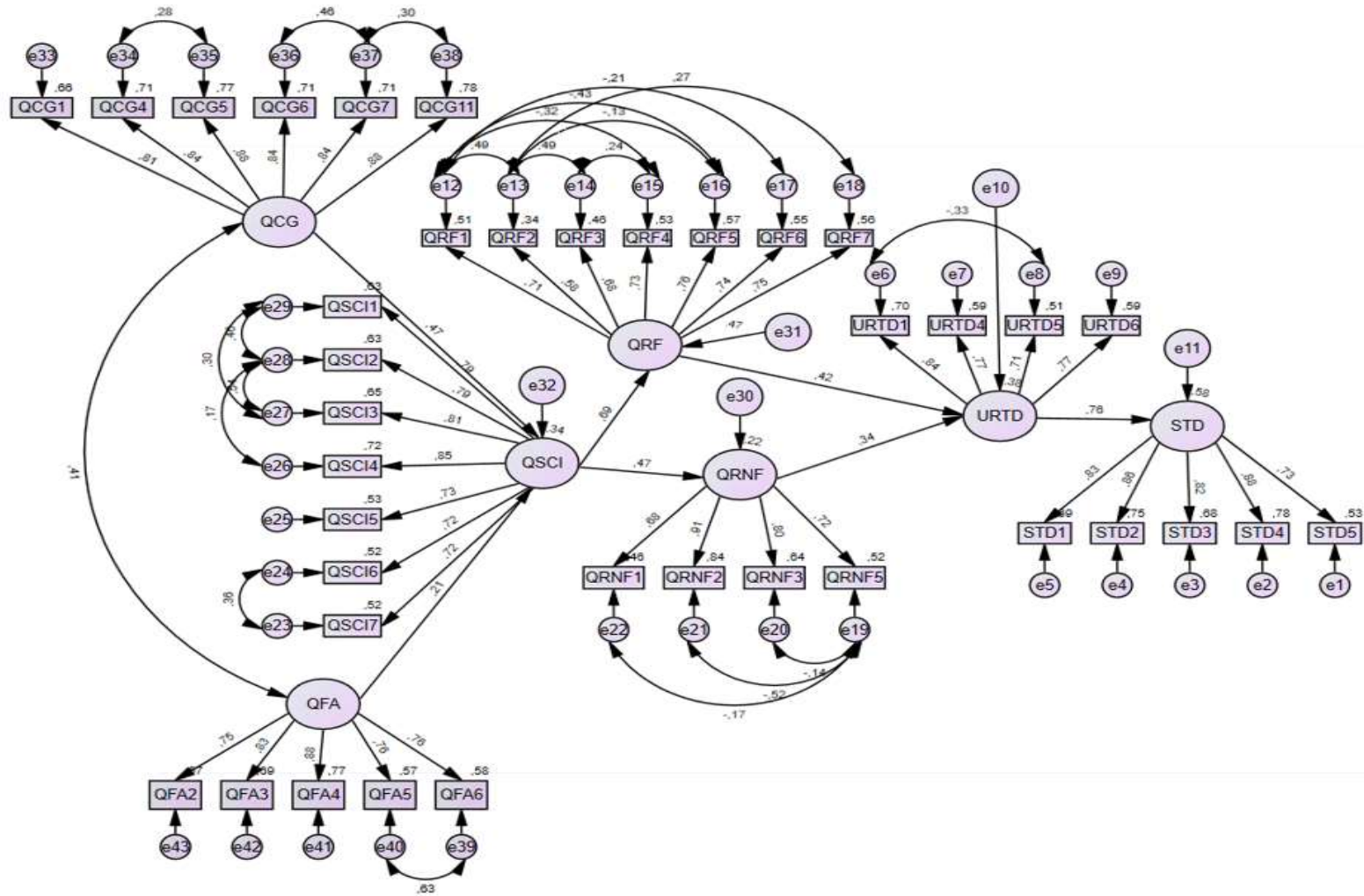
Tabela 16: Medidas de ajustamento global do modelo estrutural proposto

	Medidas absolutas		Medidas incrementais		Medidas parcimoniosas	
	X2/gl	RMSEA	NFI	CFI	PNFI	PGFI
Medidas	2,127	0,063	0,849	0,913	0,768	0,691
Medidas de referência	2-3 (ajustamento bom)	0,05-0,08 (ajustamento razoável)	0,83-0,90 (ajustamento razoável)	0,90 -1 (ajustamento bom)	0,60-0,80 (ajustamento razoável)	0,60-0,80 (ajustamento razoável)
Autores	Hair et al. (1998)		Hair et al. (1998)		Marôco (2010)	

Fonte: Elaboração própria

De seguida apresenta-se, na figura 15, os resultados da avaliação do modelo estrutural, com a adição de covariâncias de erros (sugeridas pelo *software* AMOS), procedimento que permite melhorar a qualidade do ajustamento do modelo. Posto isto, tal como mostra a referida figura, foram adicionadas as seguintes covariâncias de erros: e6- e8; e12- e13; e13- e14; e14- e15; e12- e15; e13- e16; e12- e16; e12- e17; e13- e18; e19- e20; e19- e21; e19- e22; e23- e24; e26- e28; e24- e28; e27- e29; e28- e29; e34- e35; e36- e37; e37- e38; e39- e40.

Figura 16: Diagrama de caminhos do modelo estrutural



Os resultados da análise do modelo estrutural indicam que existe uma relação positiva e significativa entre todas as relações estabelecidas no modelo teórico ($p < 0,001$). Desta forma, os resultados mostram que a QCG e a QFA têm um impacto positivo e significativo na QSCI ($\beta = 0,467$ e $\beta = 0,213$, respetivamente), o que leva a suportar a H1 e a H2. As variáveis independentes determinam 35% da variância da QSCI.

Por sua vez, a QSCI influencia positivamente a QRF e a QRNF ($\beta = 0,688$ e $\beta = 0,470$, respetivamente), o que permite suportar a H3 e a H4. Estas últimas variáveis são explicadas, em 47% e 22%, respetivamente, pelas dimensões QCG, QFA e QSCI.

A QRF e a QRNF têm impacto positivo e significativo na URTD ($\beta = 0,416$ e $\beta = 0,344$, respetivamente). Assim, neste estudo é possível suportar a H5 e a H6. A URTD é explicada em 38% pelas seguintes variáveis: QCG, QFA, QSCI, QRF e QRNF.

Por último, a URTD contribui positivamente para o STD ($\beta = 0,762$), o que suporta a última hipótese desta investigação (H7). Todas as variáveis do modelo explicam 58% da variável dependente (STD).

A tabela 17 apresenta o resultado da avaliação do modelo estrutural.

Tabela 17: Resultado de avaliação do modelo estrutural

Relações entre construtos	Hipóteses	Coefficiente estandardizado	P-value	R ²
QCG - QSCI	H1	0,467	***	0,345
QFA - QSCI	H2	0,213	***	
QSCI - QRF	H3	0,688	***	0,473
QSCI - QRNF	H4	0,470	***	0,221
QRF - URTD	H5	0,416	***	0,384
QRNF - URTD	H6	0,344	***	
URTD - STD	H7	0,762	***	0,580
R² coeficiente de determinação; *** valor de significância para 0,1%				

Fonte: Elaboração própria

Adicionalmente, neste estudo avalia-se do efeito direto, indireto e total, cujos resultados estão apresentados no subponto seguinte.

5.5 Análise complementar

Adicionalmente, neste estudo são avaliados os efeitos diretos, indiretos e totais gerados pelas relações estabelecidas no modelo estrutural. Assim, na tabela 18 apresenta-se os efeitos diretos, indiretos e totais das variáveis obtidos no software AMOS.

As variáveis QCG e QFA apresentam um efeito direto na QSCI ($\beta = 0,467$ e $\beta = 0,213$, respectivamente). Por sua vez, a QSCI apresenta um efeito direto na QRF ($\beta = 0,688$) e na QRNF ($\beta = 0,470$). Assim, a QSCI apresenta-se como variável mediadora entre a QCG e a QRF, entre a QCG e a QRNF, entre a QFA e a QRF e entre a QFA e a QRNF, uma vez que tanto a QCG como a QFA têm um efeito indireto na QRF ($\beta = 0,321$ e $\beta = 0,147$, respectivamente) e na QRNF ($\beta = 0,219$ e $\beta = 0,100$, respectivamente).

Relativamente à URTD, observa-se que as variáveis QRF e QRNF apresentam um efeito direto ($\beta = 0,416$ e $\beta = 0,344$, respectivamente). Por outro lado, a variável QSCI apresenta um efeito indireto ($\beta = 0,448$) na URTD, tanto através do efeito direto que tem na QRF como na QRNF, apresentando-se assim como variáveis mediadoras. Também a QCG e a QFA apresentam um efeito indireto ($\beta = 0,209$ e $\beta = 0,095$, respectivamente) na URTD, através das seguintes relações: QCG – QSCI – QRF – URTD; QCG – QSCI – QRNF – URTD; QFA – QSCI – QRF – URTD; QFA – QSCI – QRNF – URTD.

Por último, a URTD apresenta um efeito direto no STD ($\beta = 0,762$) e ao mesmo tempo apresenta-se como variável mediadora da relação entre a QRF e a QRNF e o STD, tendo estas variáveis efeitos indiretos no STD ($\beta = 0,317$ e $\beta = 0,262$, respectivamente). A variável QSCI também apresenta um efeito indireto no STD ($\beta = 0,341$), como resultado das relações: QSCI – QRF – URTD – STD e QSCI – QRNF – URTD – STD. Assim, as variáveis QRF, QRNF e URTD apresentam-se como variáveis mediadoras destas relações. Por outro lado, também as variáveis QCG e QFA apresentam um efeito indireto na variável STD ($\beta = 0,159$ e $\beta = 0,073$, respectivamente). Assim, os resultados mostram que as variáveis QSCI, QRF, QRNF e URTD apresentam-se como variáveis mediadoras entre a QCG e o STD e, ainda, entre a QFA e o STD, como resultado das seguintes relações: QCG – QSCI – QRF – URTD – STD; QCG – QSCI – QRNF – URTD – STD; QFA – QSCI – QRF – URTD – STD e QFA – QSCI – QRNF – URTD – STD.

Tabela 18: Efeitos diretos, indiretos e total

	QCG	QFA	QSCI	QRNF	QRF	URTD	STD
	Efeito direto						
QSCI	0,467	0,213					
QRNF			0,470				
QRF			0,688				
URTD				0,344	0,416		
STD						0,762	
	Efeito indireto						
QSCI							
QRNF	0,219	0,100					
QRF	0,321	0,147					
URTD	0,209	0,095	0,448				
STD	0,159	0,073	0,341	0,262	0,317		
	Efeito total						
QSCI	0,467	0,213					
QRNF	0,219	0,10	0,470				
QRF	0,321	0,147	0,688				
URTD	0,209	0,095	0,448	0,344	0,416		
STD	0,159	0,073	0,341	0,262	0,317	0,762	

Fonte: Elaboração própria

De seguida, são apresentados e discutidos os resultados obtidos neste estudo.

5.6 Discussão dos resultados

Os resultados do estudo mostram que a QCG tem um efeito positivo e significativo na QSCI ($\beta = 0,467$; $p < 0,001$), o que permite concluir que a melhoria da QCG contribui para a melhoria da QSCI. Assim, o estudo suporta a H1. Os resultados deste estudo estão em concordância com o referido por Tumwebaze *et al.* (2018) e Napitupulu (2020), uma vez que ambos os autores referem que existe uma relação direta entre a QCG e a QSCI.

Quanto à QFA, esta tem um efeito positivo e significativo na QSCI ($\beta = 0,213$; $p < 0,001$), o que permite concluir que a melhoria da QFA contribui para a melhoria da QSCI. O estudo suporta a H2. Schroeder e Shepardson (2016) e Chen *et al.* (2011) referem que a QFA tem um impacto positivo na QSCI, corroborando os resultados obtidos neste estudo.

Relativamente à relação entre QSCI e QRF, esta mostra-se positiva e significativa ($\beta = 0,688$; $p < 0,001$), o que leva a suportar a H3 ao mostrar que a melhoria da QSCI contribui para a melhoria da QRF. Outros estudos analisaram esta relação e chegaram à mesma conclusão. Phornlaphatrachakorn (2019) e Monteiro *et al.* (2021a) com base numa amostra de 126 empresas tailandesas e 381 empresas portuguesas, respetivamente.

A QSCI também apresenta um efeito positivo e significativo na QRNF ($\beta = 0,470$; $p < 0,001$), logo a H4 é suportada. Os resultados vão ao encontro dos resultados obtidos

por Bauer *et al.* (2017), uma vez que constatou que a QSCI contribui positivamente para a QRNF, mas contraria os resultados obtidos por Monteiro *et al.* (2021a), que constatam que não existe uma relação direta entre a QSCI e a QRNF.

Os resultados mostram, ainda, que a variável QRF tem um efeito positivo e significativo na URTD ($\beta = 0,416$; $\rho < 0,001$). Os resultados deste estudo permitem concluir que a melhoria da QRF contribui para a melhoria da URTD. Logo, a H5 é suportada e os resultados são consistentes com os obtidos por Monteiro *et al.* (2021b) e Phornlaphatrachakorn (2019).

A QRNF contribui positivamente para a URTD ($\beta = 0,344$; $\rho < 0,001$), ou seja, a melhoria da QRNF contribui para a melhoria da URTD. Assim, o estudo suporta a H6. Os resultados do estudo estão em linha com as conclusões de Arvidsson (2011) e de Sievers *et al.* (2013), ou seja, de que a informação não financeira é de grande utilidade para a TD.

Por último, neste estudo verifica-se que a URTD tem um efeito positivo e significativo no STD ($\beta = 0,762$; $\rho < 0,001$), suportando a H7. Os resultados mostram que a melhoria da URTD contribui para a melhoria do STD. A mesma evidência é verificada no estudo de Phornlaphatrachakorn (2019).

Posto isto, no que respeita à avaliação do modelo teórico proposto, a tabela seguinte apresenta os resultados obtidos ao teste das hipóteses que integram o modelo.

Tabela 19: Hipóteses de pesquisa refletivas no modelo teórico

Hipótese de pesquisa		Resultado
H1	A QCG influencia diretamente a QSCI	Suportada
H2	A QFA influencia diretamente a QSCI	Suportada
H3	A QSCI influencia diretamente a QRF	Suportada
H4	A QSCI influencia diretamente a QRNF	Suportada
H5	A QRF influencia diretamente a URTD	Suportada
H6	A QRNF influencia diretamente a URTD	Suportada
H7	A URTD influencia diretamente a STD	Suportada

Fonte: Elaboração própria

De seguida, no último capítulo serão apresentadas as conclusões e limitações deste estudo, bem como, possíveis investigações futuras.

Este capítulo apresenta as principais conclusões, contribuições e limitações do estudo, assim como sugestões para investigação futura.

6.1 Principais conclusões

Em Portugal o número de falências e dissoluções é elevado, embora nos últimos anos o número de novas empresas constituídas seja superior ao número de empresas dissolvidas (INE, 2022). Por isso, devem ser desenvolvidos estudos no sentido de identificar o que contribui para o sucesso das empresas portuguesas (Vale, 2020).

A este respeito, a literatura sugere que a sobrevivência e crescimento das empresas está fortemente dependente da tomada de decisões informadas. Assim, a informação financeira e não financeira, quando utilizada no processo de TD pode determinar o seu sucesso (Monteiro *et al.*, 2021a, 2022). Por outro lado, a literatura também sugere que a informação financeira e não financeira é útil na tomada decisões, quando reúne as características de qualidade, o que, por conseguinte, contribui para o STD (Dewi *et al.*, 2019; Monteiro *et al.*, 2021a, 2022). Contudo, existem vários fatores que influenciam a QRF e a QRNF, nomeadamente a QSCI (Monteiro *et al.*, 2021a, 2022).

Neste contexto, o objetivo deste estudo é analisar o impacto da qualidade e utilidade da informação financeira e não financeira no STD, assim como papel da QSCI, como da QCG e da QFA.

De natureza quantitativa, este estudo desenvolve a avalia um modelo conceptual, utilizando uma amostra de 284 contabilistas certificados de pequenas, médias e grandes empresas portuguesas sujeitas a auditoria. O modelo proposto inclui sete relações entre os diferentes construtos, as quais estão traduzidas em sete hipóteses de investigação. A análise estatística do modelo conceptual foi realizada no *software* AMOS, com recurso à técnica do MEE.

No que concerne ao primeiro objetivo específico deste estudo, o qual consiste em analisar se a QCG influencia diretamente a QSCI, os resultados mostram que a QCG tem um efeito positivo e significativo na QSCI, o que permite suportar a H1, indo ao encontro dos resultados de estudos anteriores (Tumwebaze *et al.*, 2018; Napitupulu, 2020). Assim, as empresas para obterem um SCI de qualidade necessitam de ter ao seu dispor uma gestão

organizacional caracterizada pela transparência, *accountability*, responsabilidade, independência e justiça (Napitupulu, 2020).

Relativamente ao segundo objetivo da investigação, que pretende analisar o impacto da QFA na QSCI, os resultados mostram que existe uma relação positiva e significativa entre ambas as variáveis, o que suporta a H2. Este resultado está de acordo com as conclusões de Schroeder e Shepardson (2016) e Chen *et al.* (2019). Assim, segundo os resultados deste estudo, as empresas para obterem um SCI de qualidade carecem de uma equipa de auditoria onde a transparência, objetividade e independência sejam as características essenciais.

Os resultados mostram que tanto a QCG como a QFA melhoram a QSCI e que a variável QSCI é explicada em 35% por ambas as variáveis explicativas. No entanto, os mesmos resultados mostram que a QCG tem maior impacto na QSCI do que a QFA.

O terceiro objetivo específico consiste em analisar a influência da QSCI na QRF, os resultados revelam a existência de uma relação positiva e significativa entre estes dois construtos, suportando estatisticamente a H3, o que corrobora os resultados de Phornlaphatrachakorn (2019) e Monteiro *et al.* (2021a). Os resultados obtidos no estudo mostram que a QSCI melhora a QRF e que esta variável é explicada em 47% pelas variáveis explicativas (QSCI, QCG e QFA)

Em relação ao quarto objetivo, que consiste na avaliação da relação entre a QSCI e a QRNF, os resultados indicam que a QSCI influencia direta e positivamente a QRNF, o que permite suportar a H4. Estes resultados vão ao encontro dos resultados obtidos por Monteiro *et al.* (2021a).

Os resultados indicam que a QSCI melhora a QRNF e que a variável QRNF é explicada em 22% pelas variáveis explicativas (QSCI, QCG e QFA). Assim, segundo este estudo, para as empresas produzirem informação financeira e não financeira de qualidade, necessitam de ter ao seu dispor um SCI de qualidade, ou seja, um SCI de integração, flexível, de confiança e eficiente (o qual é, por sua vez, influenciado pelas variáveis QCG e QFA).

Quanto ao quinto objetivo deste estudo, que consiste em analisar se a QRF influencia a URTD, os resultados evidenciam a existência de uma relação positiva e significativa entre

estas duas variáveis, estando suportada a H5. Os mesmos resultados são evidenciados nos estudos de Monteiro *et al.* (2021b) e Phornlaphatrachakorn (2019).

O sexto objetivo da investigação visa analisar o impacto da QRNF na URTD, os resultados mostram que existe um impacto positivo e significativo da QRNF na URTD, o que permite suportar a H6. Os resultados obtidos vão ao encontro das conclusões de Arvidsson (2011) e de Sievers *et al.* (2013).

Os resultados do estudo mostram que tanto a QRF como a QRNF melhoram a URTD e que a variável URTD é explicada em 38% por todas as variáveis explicativas. Contudo, os mesmos resultados indicam que a QRF tem maior impacto na URTD do que a QRNF. Assim, para que a informação produzida pelas empresas seja útil no processo de TD é necessário que a informação financeira e não financeira seja de qualidade.

Por último, relativamente ao sétimo objetivo do estudo, que consiste na análise da relação entre a URTD e o STD, os resultados do estudo demonstram um impacto positivo e significativo da URTD no STD. Assim, é suportada a H7, tal como evidenciado por Phornlaphatrachakorn (2019). Os resultados do estudo indicam que a URTD melhora o STD, o que significa que as empresas carecem de informação financeira e não financeira útil para obterem o STD.

Além disso, os resultados deste estudo permitem suportar todas as hipóteses de investigação e revelam que as variáveis do modelo explicam 58% da variância da variável dependente (STD).

6.2 Contribuições do estudo

A revisão da literatura permite percecionar uma relativa escassez de estudos que analisam o impacto do RF e do RNF na utilidade e no STD, assim como os efeitos da CG, da FA e do SCI. Neste sentido, este estudo fornece resultados úteis para a literatura existente, na medida que avalia um modelo original e complexo. Em termos práticos esta investigação é útil para os contabilistas certificados portugueses, uma vez que são estes que preparam a informação divulgada pelas empresas, e para os gestores, no sentido em que este estudo apresenta os fatores que contribuem para o STD.

6.3 Limitações do estudo

Relativamente às limitações constatadas neste estudo, destaca-se a dimensão da amostra, pelo o facto de se tratar de uma amostra de conveniência e não de uma amostra probabilística, o que limita a generalização dos resultados obtidos. Outra limitação está relacionada com a ausência de garantia de que os respondentes sejam efetivamente contabilistas certificados, uma vez que foi aplicado um inquérito, por questionário, anónimo aos contabilistas certificados portugueses, embora tenha sido colocada uma questão no inquérito no sentido de se poder identificar os contabilistas certificados. O facto de o questionário se aplicar a contabilistas certificados e não aos gestores de empresas, também constituiu uma limitação ao estudo, uma vez que os gestores poderão ter uma opinião diferente.

6.4 Perspetivas para investigações futuras

Relativamente a investigações futuras, sugere-se que o estudo seja aplicado a auditores de empresas portuguesas, dado que são estes que emitem uma opinião acerca das informações produzidas pelas empresas. O mesmo estudo também poderá ser aplicado aos gestores de empresas portuguesas, uma vez que são estes que utilizam a informação financeira e não financeira no processo de TD. O estudo em questão poderia ainda ser aplicado a outros países, ou grupos de países no sentido de ser possível comparar resultados e analisar diferenças regionais, apesar das diferenças intrínsecas a cada país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbott, L. J., Daugherty, B., Parker, S., & Peters, G. F. (2016). Internal Audit Quality and Financial Reporting Quality: The Joint Importance of Independence and Competence. *Journal of Accounting Research*, 54(1), 3–40. <https://doi.org/10.1111/1475-679X.12099>
- Abbott, L., Parker, S., & Peters, G. (2004). Audit committee characteristics and restatements. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 23(1), 69–87.
- Adeyemi, S. B., & Fagbemi, T. O. (2010). Audit Quality, Corporate Governance and Firm Characteristics in Nigeria. *International Journal of Business and Management*, 5(5), 169–179.
- Admiraal, M., Nivra, R., & Turksema, R. (2009). Reporting on nonfinancial information. *Int. J. Govern. Audit*, 36 (3), 15.
- Aguilera, R. V., & Jackson, G. (2003). The cross-national diversity of corporate governance: Dimensions and determinants. *Academy of management Review*, 28(3), 447-465.
- Ahmad, K., & Zabri, S. M. (2016). The application of non-financial performance measurement in Malaysian manufacturing firms. *Procedia Economics and Finance*, 35, 476–484. [https://doi.org/10.1016/s2212-5671\(16\)00059-9](https://doi.org/10.1016/s2212-5671(16)00059-9)
- Akhtar, S., & Liu, Y. (2018). SMEs’ use of financial statements for decision making: Evidence from Pakistan. *Journal of Applied Business Research*, 34(2), 381-392.
- Al-Shetwi, M., Ramadili, S. M., Chowdury, T. H. S., & Sori, Z. M. (2011). Impact of internal audit function (IAF) on financial reporting quality (FRQ): Evidence from Saudi Arabia. *African Journal of Business Management*, 5(27), 11189–11198. <https://doi.org/10.5897/ajbm11.1805>
- Alves, J. (2015). *Princípios e prática de auditoria e revisão de contas* (1ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Al-Wattar, Y. M. A., Almagtome, A. H., & Al-Shafeay, K. M. (2019). The Role of Integrating Hotel Sustainability Reporting Practices into an Accounting Information System to Enhance Hotel Financial Performance: Evidence from Iraq. *African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure*, 8(5), 1–6.
- Al-Zwyalif, I. M. (2015). The role of internal control in enhancing corporate governance: evidence from Jordan. *International Journal of Business and Management*, 10(7), 57-66. <https://doi.org/10.5539/ijbm.v10n7p57>

- Amir, E., & Lev, B. (1996). Value-relevance of nonfinancial information: The wireless communications industry. *Journal of Accounting and Economics*, 22(1), 3–30.
- Amoako, G. K. (2013). Accounting Practices of SMEs: A Case Study of Kumasi Metropolis in Ghana. *International Journal of Business and Management*, 8(24), 73–83. <https://doi.org/10.5539/ijbm.v8n24p73>
- Anderson, J. C., & Gerbing, D. W. (1988). Structural equation modeling in practice: A review and recommended two-step approach. *Psychological bulletin*, 103(3), 411–423.
- Arum, E. D. P. (2015). Determinants of internal audit function effectiveness and its implication on financial reporting quality. *International Journal of Economic Research*, 12(5), 1989–2000.
- Arvidsson, S. (2011). Disclosure of non-financial information in the annual report: A management-team perspective. *Journal of Intellectual Capital*, 12(2), 277–300. <https://doi.org/10.1108/14691931111123421>
- Ashraf, M., Michas, P. N., & Russomanno, D. (2020). The impact of audit committee information technology expertise on the reliability and timeliness of financial reporting. *The Accounting Review*, 95(5), 23-56. <https://doi.org/10.2308/ACCR-52622>
- Athanasou, J. A., & Perera, H. N. (2019). International handbook of career guidance. Springer, Cham. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-25153-6>
- Aviso nº 8254/2015 de 29 de julho. *Diário da República nº 146 – II Série*. Ministério das Finanças – Secretaria Geral.
- Azeem, M., Scholar, M. P., Hassan, M., & Kouser, R. (2013). Impact of Quality Corporate Governance on Firm Performance: A Ten Year Perspective. *Pak J Commer Soc Sci Pakistan Journal of Commerce and Social Sciences*, 7(3), 656–670.
- Azzam, M. J., Alrabba, H. M., AlQudah, A. M., & Mansur, H. M. A. (2020). A study on the relationship between internal and external audits on financial reporting quality. *Management Science Letters*, 10(4), 937–942. <https://doi.org/10.5267/j.msl.2019.10.001>
- Barbosa, F., Monteiro, A. P., Pereira, C. (2021). Determinants of environmental responsibility disclosure on mandatory and voluntary reporting of portuguese listed firms. *Journal of Accounting and Environmental Management*, 9(3), 221–235.

- Barker, R., & Eccles, R., (2018). Should FASB and IASB be responsible for setting standards for nonfinancial information? *Green Paper*, 1–43.
- Barker, R., & Imam, S. (2008). Analysts perception of “earnings quality”. *Accounting and Business Research*, 38(4), 313–329. <https://doi.org/10.1080/00014788.2008.9663344>
- Barney, J. B. (1991). Firm Resources and Sustained Competitive Advantage. *Journal of Management*, 17(1), 99-120.
- Bauer, A. M., Henderson, D., & Lynch, D. P. (2017). Supplier internal control quality and the duration of customer-supplier relationships. *The Accounting Review*, 93 (3), 59–82. <https://doi.org/10.2308/accr-51889>
- Beasley, M. (1996). An Empirical Analysis of the Relation between the Board of Director Composition and Financial Statement Fraud. *The Accounting Review*, 71(4), 443-465.
- Bertolami, M., Artes, R., Gonçalves, P. J., Hashimoto, M., & Lazzarini, S. G. (2018). Sobrevivência de empresas nascentes: influência do capital humano, social, práticas gerenciais e gênero. *Revista de Administração Contemporânea*, 22, 311-335.
- Boolaky, P. K. (2006). Measuring de jure harmonisation: A content analysis of the accounting standards of three countries: South Africa, Mauritius and Tanzanian and International Financial Reporting Standards. *Journal of Applied Accounting Research*, 8(2), 110-146.
- Byard, D., Li, Y., & Weintrop, J. (2006). Corporate governance and the quality of financial analysts’ information. *Journal of Accounting and Public Policy*, 25(5), 609–625. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2006.07.003>
- Carcello, J. V., Hermanson, D. R., & Raghunandan, K. (2005). Factors associated with U.S. Public companies. *Investment in internal auditing, accounting horizons*, 19 (2), 69-84.
- Cepêda, C. L. M., & Monteiro, A. P. (2020). The Accountant’s Perception of the Usefulness of Financial Information in Decision Making – A Study in Portugal. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 22 (2), 363-380. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v22i2.4050>
- Chan, M. C. C., Watson, J., & Woodliff, D. (2014). Corporate Governance Quality and CSR Disclosures. *Journal of Business Ethics*, 125(1), 59–73.

- Chen, F., Hope, O., Li, Q., & Wang, X. (2011). Financial reporting quality and investment efficiency of private firms in emerging markets. *Account. Rev.*, 86(4), 1255–1288.
- Chong, L. L., Ong, H. B., & Tan, S. H. (2018). Corporate risk-taking and performance in Malaysia: the effect of board composition, political connections and sustainability practices. *Corpor. Govern. Int. J. Bus. Soc.*, 18 (4), 635–654.
- Cohen, J. R., Krishnamoorthy, G., & Wright, A. M. (2008). Form versus substance: The implications for auditing practice and research of alternative perspectives on corporate governance. *Audit. A J. Pract. Theory*, 27 (2), 181–198.
- Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway (2013). Internal control — Integrated framework: executive summary. Acedido Abril 19, 2020, em <https://www.coso.org/Documents/990025P-Executive-Summary-final-may20.pdf>
- Coram, P. J., Mock, T. J., & Monroe, G. S. (2011). Financial analysts' evaluation of enhanced disclosure of non-financial performance indicators. *British Accounting Review*, 43(2), 87–101. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2011.02.001>
- Corsi, K., & Arru, B. (2020). Role and implementation of sustainability management control tools: critical aspects in the Italian context. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 34(9), 29–56.
- Costa, C. B. (1998). *Auditoria Financeira: Teoria e prática* (6ª ed.). Lisboa: Rei dos Livros.
- Council (2007). Corporate governance principles and recommendations. Acedido Outubro 1, 2022, em http://www.blackrockmining.com.au/wpcontent/uploads/ASX_Corp_Governance_Principles_Recommendations_2nd_Edition.pdf
- Culp, C. (2016). Judgment and decision making in outdoor adventure leadership: A dual-process model. *Journal of Outdoor Recreation, Education, and Leadership*, 8(1), 57–74. <https://doi.org/10.18666/jorel-2016-v8-i1-7380>
- Danescu, T., Prozan, M., & Prozan, R. D. (2015). The Valances of the Internal Audit in Relationship with the Internal Control – Corporate Governance. *Procedia Economics and Finance*, 26(15), 960–966. [https://doi.org/10.1016/s2212-5671\(15\)00915-6](https://doi.org/10.1016/s2212-5671(15)00915-6)
- Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho. *Diário da República n.º 133/09 - I Série*. Ministério das Finanças e da Administração Pública.

- Dewi, N. F., Ferdous Azam, S. M., & Yusoff, S. K. M. (2019). Factors influencing the information quality of local government financial statement and financial accountability. *Management Science Letters*, 9, 1373–1384. <https://doi.org/10.5267/j.msl.2019.5.013>
- Dornier, P. (2018). Investigating the impact of comprehensive information systems on accounting information quality. *Electronic Business Journal*, 17(12), 1–15. <https://doi.org/10.1108/JKM-08-2017-0371>
- Eierle, B., & Schultze, W. (2013). The role of management as a user of accounting information: Implications for standard setting. *Accounting and Management Information Systems*, 12(2), 155-189. <https://doi.org/10.2139/ssrn.1130162>
- Elaoud, A., & Jarboui, A. (2017). Auditor specialization, accounting information quality and investment efficiency. *Research in International Business and Finance*, 42, 616–629.
- Epps, R. W., & Guthrie, C. P. (2010). Sarbanes-Oxley 404 material weaknesses and discretionary accruals. *Accounting Forum*, 34(2), 67–75. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2008.11.002>
- Ewert, R., & Wagenhofer, A. (2019). Effects of Increasing Enforcement on Financial Reporting Quality and Audit Quality. *Journal of Accounting Research*, 57(1), 121–168. <https://doi.org/10.1111/1475-679X.12251>
- Fadilah, S. (2009). The influence of good governance implementation to organization performance: analysis of factors affecting (Study on Intitution Amil Zakat Indonesia). *International Journal of Social Sciences*, 7(1), 15–33.
- Fama, E. F., & Jensen M. C. (1983). Separation of Ownership and Control. *Journal of Law & Economics*, 26 (2), 301-326.
- Fan, J., & Wong, J. (2002). Corporate Ownership Structure and the Informativeness of Accounting Earnings in East Asia. *Journal of Accounting and Economics*, 33(3), 401-425.
- Farber, D. B. (2005). Restoring trust after fraud: Does corporate governance matter? The Accounting Review, 80(2), 539-561. <https://doi.org/10.2308/accr.2005.80.2.539>
- Fauziah, W. Y. W., & Alhaji, I. A. (2012). Insight of Corporate Governance Theories. *Journal of Business & Management*, 1(1), 52–63.

- Flöstrand, P., & Ström, N., 2006. The valuation relevance of non-financial information. *Manage. Res. News*, 29 (9), 580–597.
- Fornell, C., & Larcker, D. F. (1981). Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement. *Journal of Marketing Research*, 18(1), 39–50.
- Frazer, L. (2020). Does Internal Control Improve the Attestation Function and by Extension Assurance Services? A Practical Approach. *Journal of Accounting and Finance*, 20(1), 28–38. <https://doi.org/10.33423/jaf.v20i1.2739>
- Frendy, & Semba, H. D. (2017). Does Recycling Improve Information Usefulness of Income? The Case of Japan. *Asian Review of Accounting*, 25(3), 376-403.
- Friedman, M. (1970). The social responsibility to increase its profit. *The New York Times Magazine*, 32–33.
- Goh, B. W. (2009). Audit committees, boards of directors, and remediation of material weaknesses in internal control. *Contemporary Accounting Research*, 26(2), 549–579. <https://doi.org/10.1506/car.26.2.9>
- Gonçalves, C., Santos, D., Rodrigo, J., & Fernandes, S. (2013). *Relato Financeiro: Interpretação e Análise* (2^a ed.). Porto: Vida Económica – Editorial, S.A..
- Gordon, L. A., & Smith, K.J. (1992). Postauditing capital expenditures and firm performance. *Account Org Society*, 17 (8), 741-757.
- Grung, B., & Manne, R. (1998). Missing values in principal component analysis. *Chemometrics and Intelligent Laboratory Systems*, 42(2), 125–139. [https://doi.org/10.1016/S0169-7439\(98\)00031-8](https://doi.org/10.1016/S0169-7439(98)00031-8)
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (1998). *Multivariate data analysis* (Vol. 5, No. 3, pp. 207-219). Upper Saddle River, NJ: Prentice hall.
- Hart, S. L. (1995). A Natural Resource Based View of the Firm. *Academy of Management Review*, 20 (4), 986-1014.
- Holder-Webb, L., Cohen, J. R., Nath, L., & Wood, D. (2009). The supply of corporate social responsibility disclosures among U.S. firms. *Journal of Business Ethics*, 84(4), 497–527. <https://doi.org/10.1007/s10551-008-9721-4>

- Instituto Nacional de Estatística (2022). Constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas (N.o) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (CAE Rev. 3); Mensal. Acedido Outubro 1, 2022, em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contecto=pi&indOcorrCod=0008067&selTab
- Jensen, M., & Meckling, W. (1976). Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs, and Ownership Structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305-360.
- Ježovita, A. (2015). Accounting Information in a Business Decision-Making Process – Evidence from Croatia. *Zagreb International Review of Economics and Business*, 18(1), 61–79. <https://doi.org/10.1515/zireb-2015-0004>
- Ji, X., Lu, W., & Qu, W. (2017). Voluntary Disclosure of Internal Control Weakness and Earnings Quality: Evidence from China. *The International Journal of Accounting*, 52(1), 27–44. <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2017.01.007>
- Joshi, A., & Roh, H. (2009). The role of context in work team diversity research: A meta analytic review. *Academy of Management Journal*, 52(3), 599–627. <https://doi.org/10.5465/AMJ.2009.41331491>
- Kalbers, L. P. (2009). Fraudulent financial reporting, corporate governance and ethics: 1987-2007. *Review of Accounting and Finance*, 8 (2), 187-209.
- Kinney, W. R. (2000). Research Opportunities in Internal Control Quality and Quality Assurance. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 19, 83-90.
- Klein, A. (2002). Audit committee, board of director characteristics and earnings statement. *Journal of Accounting & Economics*, 33(3), 375–400.
- Kukah, M. A., Amidu, M., & Abor, J. Y. (2016). Corporate governance mechanisms and accounting information quality of listed firms in Ghana. *African Journal of Accounting, Auditing and Finance*, 5(1), 38-58. <https://doi.org/10.1504/AJAAF.2016.077599>
- Laskin, A. V. (2016). Nonfinancial information in investor communications. *International Journal of Business Communication*, 53 (4), 375-397. <https://doi.org/10.1177/2329488414525458>
- Lestari, R. (2015). The influence of manager competence on the quality of management accounting information system and its implications on the quality of management accounting information. *International Journal of Applied Business and Economic Research*, 13(6), 4405–4416.

- Liao, F. N., & Chen, F. W. (2021). Independent director interlocks: effects and boundary on the earnings persistence of the firm. *Economic Research-Ekonomska Istrazivanja*, 34(1), 383–409. <https://doi.org/10.1080/1331677X.2020.1788965>
- Lim, F. P. C. (2013). Impact of Information Technology on Accounting Systems. *Asia-pacific Journal of Multimedia Services Convergent with Art, Humanities, and Sociology*, 3 (2), 93-106. <http://dx.doi.org/10.14257/AJMAHS.2013.12.02>
- Little, T. D., Bovaird, J. A., & Card, N. A. (Eds.). (2007). Modeling contextual effects in longitudinal studies. Routledge.
- Lu, Y., & Abeyssekera, I. (2014). Stakeholders' power, corporate characteristics, and social and environmental disclosure: Evidence from China. *Journal of Cleaner Production*, 64, 426–436. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.10.005>
- Ma, Z. J. (2006). Corporate Governance and Internal Control Disclosure of Listed Companies. *Modern Management Science*, 10, 42-44.
- Madhani, P. M. (2017). Diverse Roles of Corporate Board: Review of Various Corporate Governance Theories. *The IUP Journal of Corporate Governance*, 16(2), 7–28.
- Maj, J. (2018). Embedding diversity in sustainability reporting. *Embedding diversity in sustainability reporting Sustainability*, 10 (7), 2487.
- Malo-Alain, A. M., Melegy, M. M. A. H., & Ghoneim, M. R. Y. (2019). The effects of sustainability disclosure on the quality of financial reports in Saudi business environment. *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*, 23(5), 1–12.
- Marôco, J. (2010). *Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, software & aplicações*. ReportNumber, Lda.
- Mayer, R. C., Davies, J. A., & Schoorman, F. D. (1995). Na integrative model of organisational trust. *Academy of Management Review*, 20(3), 70–734.
- Mbabazi, M., Twesige, D., Claude, M., & Jaya, S. (2015). Reporting of non-financial information and its impact on the decisions taken in private institutions in Rwanda: case study Northern Province. *International Journal of Small Business and Entrepreneurship Research*, 2(3), 57-71.
- McCracken, M., McIvor, R., Treacy, R., & Wall, T. (2018). A study of human capital reporting in the United Kingdom. *Accounting Forum*, 42(1), 130–141. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2017.11.001>

- Meter, M. (2006). The Integration Level of Accounting Information Systems in the Croatian Companies. In International Conference Proceedings, Zagreb, 15-17 Jun. 2006 (714-724).
- Meyer, J. W., & Rowan, B. (1977). Institutional organizations: Formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, 83(2), 340-361.
- Millson, R., & Ward, M. (2005). Corporate governance criteria as applied in private equity investments. *South African Journal of Business Management*, 36(1), 73-85.
- Mirnenko, V. I., Tkach, I. M., Potetiueva, M. V., Mechetenko, M. Y., & Tkach, M. Y. (2020). Analysis of approaches to assessing effectiveness of the system of internal control of the military organization as the element of Public Internal Financial Control of Ukraine. *Revista Espacios*, 41(8).
- Monteiro, A. P., Vale, J., & Silva, A. (2021a). Factors Determining the Success of Decision Making and Performance of Portuguese Companies. *Administrative Sciences*, 11(4), 108. <https://doi.org/10.3390/admsci11040108>
- Monteiro, A. P., Vale, J., Leite, E., Lis, M., & Kurowska-Pysz, J. (2022). The impact of information systems and non-financial information on company success. *International Journal of Accounting Information Systems*, 45, 100557. <https://doi.org/10.1016/j.accinf.2022.100557>
- Monteiro, A. P., Vale, J., Silva, A., & Pereira, C. (2021b). Impact of the internal control and accounting systems on the financial information usefulness: The role of the financial information quality. *Academy of Strategic Management Journal*, 20(3), 1–13.
- Monteiro, A. P., Pereira, C., & Barbosa, F. M. (2021c). Environmental disclosure on mandatory and voluntary reporting of Portuguese listed firms: the role of environmental certification, lucratively and corporate governance. *Meditari Accountancy Research*, Vol. ahead-of-print No. ahead-of-print. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-09-2020-1001>.
- Montenegro, T. M., & Rodrigues, L. L. (2020). Determinants of the attitudes of Portuguese accounting and professionals towards earnings management. *Journal of Academic Ethics*, 18, 301–332.
- Mueller, D. C. (2018). Corporate Governance and Neoclassical Economics. *International Journal of the Economics of Business*, 25(1), 47–64. <https://doi.org/10.1080/13571516.2017.1374038>

- Mullakhmetov, K. (2016). Control in the system of managerial decisions procedures: A conceptual view. *Problems and Perspectives in Management*, 14(3), 64-76. [https://doi.org/10.21511/ppm.14\(3-1\).2016.07](https://doi.org/10.21511/ppm.14(3-1).2016.07)
- Muqattash, R. (2011). The effect of the factors in the internal audit department on the internal auditors objectivity in the banks operating in the United Arab Emirates:(A field study). *Journal of International Management Studies*, 6(3), 92-100.
- Napitupulu, I. H. (2018). Organizational Culture in Management Accounting Information System: Survey on State-owned Enterprises (SOEs) Indonesia. *Global Business Review*, 19(3), 556–571. <https://doi.org/10.1177/0972150917713842>
- Napitupulu, I. H. (2020). Internal control, manager’s competency, management accounting information systems and good corporate governance: Evidence from rural banks in Indonesia. *Global Business Review*, 1-23. <https://doi.org/10.1177/0972150920919845>
- Nguyen, H. T., & Nguyen, A. H. (2020). Determinants of Accounting Information Systems Quality: Empirical Evidence from Vietnam. *Accounting*, 6 (2), 185-198. <https://doi.org/10.5267/j.ac.2019.10.004>
- Nkundabanyanga, K. S. (2007). *Microfinance and public sector accounting in Uganda*. Including Specialized Accounts (1st ed.). Wide Link Services, Kampala.
- Okafor, C., & Otor, J. I. (2013). Narrowing the Expectation Gap in Auditing: The Role of the Auditing Profession. *Research Journal of Finance and Accounting*, 4(2), 43-52. <https://doi.org/ISSN 2222-1697>
- Osadchy, E. A., & Akhmetshin, E. M. (2015). Development of the financial control system in the company in crisis. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 6(5), 390–398. <https://doi.org/10.5901/mjss.2015.v6n5s2p390>
- Ozturk, B., & Ozcelik, F. (2014). Financial performance evaluation of firms in Bist chemical petroleum plastic sector by using an integrated multi-criteria decision-making method. *Journal of Economics, Sociology & Politics*, 11(2), 34–62.
- Palazuelos, E., Crespo, Á. H., & del Corte, J. M. (2018). Accounting information quality and trust as determinants of credit granting to SMEs: the role of external audit. *Small Business Economics*, 51(4), 861–877.
- Park, Y. W. & Shin, H. (2004). Board composition and earnings management in Canada. *Journal of Corporate Finance*, 10, 431–57.

- Patel, S. (2015). Effects of accounting information system on Organizational Profitability. *International Journal of Research and Analytical Reviews*, 2(1), 72-76.
- Pathak, S., Samba, C., & Li, M. (2021). Audit committee diversity and financial restatements. *Journal of Management and Governance*, 25(3), 899-931.
- Peasnell, K. V., Pope, P. F., & Young, S. (2005). Board monitoring and earnings management: Do outside directors influence abnormal accruals? *Journal of Business Finance & Accounting*, 32 (7), 1311–46. <https://doi.org/10.1111/j.0306-686X.2005.00630.x>
- Peasnell, K., Pope, P., & Young, S. (2000). Accrual Management to Meet Earnings Targets: UK Evidence Pre- and Post-Cadbury. *British Accounting Review*, 32, 415-445.
- Petcharat, N., & Mula, J. M., (2009). Identifying system characteristics for development of a sustainability management accounting information system: Towards a conceptual design for the manufacturing industry. *4th International Conference on Cooperation and Promotion of Information Resources in Science and Technology, COINFO 2009*, 56–64. <https://doi.org/10.1109/COINFO.2009.19>
- Phornlaphatrachakorn, K. (2019). Internal Control Quality, Accounting Information Usefulness, Regulation Compliance, and Decision-Making Success: Evidence from Canned and Processed Foods Businesses in Thailand. *International Journal of Business*, 24(2), 198-215.
- Pilati, R., & Laros, J. A. (2007). Modelos de equações estruturais em psicologia: Conceitos e aplicações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(2), 205–216.
- Plumlee, M., & Yohn, T. L. (2010). An analysis of the underlying causes attributed to restatements. *Accounting Horizons*, 24(1), 41–64. <https://doi.org/10.2308/acch.2010.24.1.41>
- Pordata (2022). Nascimentos, mortes e sobrevivência a 1 ano de empresas não financeiras. Acedido Outubro 1, 2022, em <https://www.pordata.pt/db/portugal/ambiente+de+consulta/tabela>
- Pound, J. (1983). Proxy Contest And The Efficiency Of Shareholder Oversight. *Journal of Financial Economics*, 20, 237-265.

- Prawitt, D. F., Smith, J. L., & Wood, D. A. (2009). Internal Audit Quality and Earnings Management. *The Accounting Review*, 84(4), 1255-1280. <https://doi.org/10.1002/9781118266298.ch24>
- Purwani, I. A. P., Mahanavami, G. A., & Setiyarti, T. (2017). Good Corporate Governance Dan Kinerja Keuangan Pada Perusahaan Farmasi Yang Terdaftar Di Bursa Efek Indonesia. *Jurnal Ilmu Manajemen (JUIMA)*, 7(2), 38-52.
- Putri, P.N. (2018). Effect of Accounting Information System For Internal Control «Sippuh Online» in Pt. Dwimajaya Utama. *Russian Journal of Agricultural and Socio-Economic Sciences*, 80(8), 167–71.
- Rae, K., Sands, J., & Subramaniam, N. (2017). Associations among the Five Components within COSO Internal Control-integrated Framework as the Underpinning of Quality Corporate Governance. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 11(1), 28-54. <https://doi.org/10.14453/aabfj.v11i1.4>
- Rezaee, Z., & Tuo, L. (2019). Are the quantity and quality of sustainability disclosures associated with the innate and discretionary earnings quality? *Journal of Business Ethics*, 155(3), 763-786.
- Sari, N. Z. M., Afifah, N. N., Susanto, A., & Sueb, M. (2019). Quality Accounting Information Systems with 3 Important Factors in BUMN Bandung Indonesia. *Advances in Social Science, Education and Humanities Research*, 343(1), 93–96. <https://doi.org/10.2991/icas-19.2019.20>
- Schroeder, J. H., & Shepardson, M. L. (2016). Do SOX 404 control audits and management assessments improve overall internal control system quality? *Accounting Review*, 91(5), 1513–1541.
- Shahsavarani, A. M., & Abadi, E. A. M. (2015). The bases, principles, and methods of decision-making: a review of literature. *International Journal of Medical Reviews*, 2(1), 214–225.
- Shleifer, A., & Vishny, R. W. (1997). A survey of corporate governance. *Journal of Finance*, 52(2), 737–783.
- Sievers, S., Mokwa, C. F., & Keienburg, G. (2013). The Relevance of Financial versus Non-Financial Information for the Valuation of Venture Capital-Backed Firms. *European Accounting Review*, 22(3), 467–511. <https://doi.org/10.1080/09638180.2012.741051>

- Soudani, S.N. (2012). The usefulness of an accounting information system for effective organizational performance. *International Journal of Economics and Finance*, 4(5), 136-145. <https://doi.org/10.5539/ijef.v4n5p136>
- Steenkamp, J. B. E. M., & van Trijp, H. C. M. (1991). The use of Lisrel in validating marketing constructs. *International Journal of Research in Marketing*, 8(4), 283–299.
- Stiles, P. (2001). The Impact of the Board on Strategy: An Empirical Examination. *Journal of Management Studies*, 38(5), 627-650.
- Susanty, A. (2009). The role of internal function of organization for the successful implementation of good corporate governance. *World Academy of Science, Engineering and Technology*, 58, 265–269.
- Tang, D. Y., Tian, F., & Yan, H. (2015). Internal control quality and credit default swap spreads. *Accounting Horizons*, 29(3), 603–629. <https://doi.org/10.2308/acch-51100>
- Theriou, N. G. (2015). Strategic management process and the importance of structured formality, financial and non-financial information. *European Research Studies Journal*, 18(2), 3–28.
- Tumwebaze, Z., Mukyala, V., Ssekiziyivu, B., Tirisa, C. B., & Tumwebonire, A. (2018). Corporate governance, internal audit function and accountability in statutory corporations. *Cogent Business and Management*, 5(1), 1–13. <https://doi.org/10.1080/23311975.2018.1527054>
- Turnbull, S. (1997). Stakeholder Governance: a cybernetic and property rights analysis. *Corporate Governance: An International Review*, 5(1), 11–23.
- Upton, W. (2001). Special report on business and financial reporting, challenges from the new economy. *Financial Accounting Series (FASB)*.
- Uyar, A., Gungormus, A. H., & Kuzey, C. (2017). Impact of the accounting information system on corporate governance: Evidence from Turkish non-listed companies. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 11(1), 9–27. <https://doi.org/10.14453/aabfj.v11i1.3>
- Vale, J. A. M. (2020). *Determinantes do sucesso das empresas portuguesas: o papel da qualidade dos sistemas de controlo interno e contabilístico e da informação empresarial*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto – Politécnico do Porto, Portugal.

- Villiers, C., Naiker, V., & van Staden, C. J. (2011). The effect of board characteristics on firm environmental performance. *Journal of Management*, 37(6), 1636–1663. <https://doi.org/10.1177/0149206311411506>
- Wernerfelt, B. (1984). The Resource-Based View of the Firm. *Strategic Management Journal*, 5 (2), 171-180.
- White, L. C., Pothos, E. M., & Busemeyer, J. R. (2015). Insights from quantum cognitive models for organizational decision making. *Journal of Applied Research in Memory and Cognition*, 4(3), 229–238.
- Xiao, Q. (2011). Research on the Status of SMEs of Ya'an in the Internal Control. *Journal of Management and Strategy*, 2(3), 86–90. <https://doi.org/10.5430/jms.v2n3p86>
- Xu, H. (2009). Data quality issues for accounting information systems' implementation: Systems, stakeholders, and organizational factors. *Journal of Technology Research*, 1–11.
- Zavalko, N. A., Kozhina, V. O., Zhakevich, A. G., Matyunina, O. E., & Lebedeva, O. Y. (2017). Methodical approaches to rating the quality of financial control at the enterprise. *Quality - Access to Success*, 18(161), 69–72.
- Zeghal, D., & Mhedhbi, K. (2006). An analysis of the factors affecting the adoption of international accounting standards by developing countries. *International Journal of Accounting*, 41(4), 373–386. <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2006.09.009>

Apêndice I – Grupo de questões relativas à caracterização da empresa

É contabilista certificado?

* Por favor, selecione apenas uma das seguintes opções:

- Sim
- Não

Faz a contabilidade de uma pequena, média ou grande empresa?

* Por favor, selecione apenas uma das seguintes opções:

- Sim
- Não

Indique o principal setor de atividade onde a empresa opera:

* Por favor, selecione apenas uma das seguintes opções:

- Serviços
- Comércio
- Indústria
- Outro

Na empresa:

* Por favor, selecione todas as que se aplicam:

- Existe um departamento de contabilidade
- O serviço de contabilidade é subcontratado
- Ambas

A empresa está sujeita a Auditoria?

* Por favor, selecione apenas uma das seguintes opções:

- Sim
- Não

A empresa divulga informação não financeira (informação sobre questões ambientais e sociais)?

* Por favor, selecione apenas uma das seguintes opções:

- Sim
- Não

Indique o meio de comunicação:

* Por favor, selecione apenas uma das seguintes opções:

- Relatório anual
- Relatório integrado
- Relatório de sustentabilidade, responsabilidade social ou ambiental
- Site oficial da empresa
- LinkedIn
- Outro:

A informação não financeira é preparada pelo:

* Por favor, selecione todas as que se aplicam:

- Contabilista
- Gestor da empresa
- Departamento de responsabilidade social
- Outro:

A informação não financeira contida nos relatórios da empresa é validada pelo auditor?

* Por favor, selecione apenas uma das seguintes opções:

Sim

Não

A informação não financeira da empresa contida no Site oficial/LinkedIn é validada pelo auditor?

* Por favor, selecione apenas uma das seguintes opções:

Sim

Não

Apêndice II – Grupo de questões relativas à caracterização do respondente

Idade

* Por favor, escreva aqui a sua resposta:

Gênero

* Por favor, selecione todas as que se aplicam:

- Masculino
- Feminino

Anos de experiência profissional

* Por favor, escreva aqui a sua resposta:

Formação

* Por favor, selecione apenas uma das seguintes opções:

- Secundário
- Bacharelato
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

Área de formação

* Por favor, selecione apenas uma das seguintes opções:

- Contabilidade
- Gestão
- Economia
- Outro

Apêndice III – Primeiro email enviado às empresas

Exmo (a). Sr.(a) Dr. (a),

Boa tarde,

No âmbito da minha dissertação do Mestrado de Contabilidade e Finanças do ISCAP, desenvolvi um questionário dirigido aos **contabilistas certificados das empresas**, cujo objetivo avaliar a perceção dos **contabilistas certificados** relativamente ao contributo da Auditoria Externa na qualidade do Relato Financeiro e Não Financeiro e na Tomada de Decisões Económicas. Tendo presente que a sua opinião é valiosa. Peço, por favor, que dispense cerca de 5 minutos do seu tempo, para responder a este questionário. Saliento que, o questionário é anónimo e confidencial.

Para me poder ajudar a terminar com sucesso o mestrado, aceda, por favor, ao seguinte link:

<https://online.iscap.ipp.pt/iscapsurvey/index.php/935858?lang=pt>

[Qualidade do relato financeiro e não financeiro: contributo da auditoria externa e a sua utilidade na tomada de decisões económicas](#)

O presente questionário tem como principal objetivo avaliar a perceção dos contabilistas certificados relativamente ao contributo da Auditoria Externa na qualidade do Relato Financeiro e Não Financeiro e na Tomada de Decisões Económicas.

online.iscap.ipp.pt

Muito obrigada

Mónica Pires

Por favor, reencaminhe este email, caso não seja o **contabilista certificado** da empresa.
Se tiver alguma dúvida, não hesite em me contactar, 918 224 584.

Apêndice IV – Segundo email enviado às empresas

Exmo (a). Sr.(a) Dr. (a),

Bom dia,

No âmbito da minha dissertação do Mestrado de Contabilidade e Finanças do ISCAP, desenvolvi um questionário dirigido aos contabilistas certificados das empresas, cujo objetivo avaliar a perceção dos contabilistas certificados relativamente ao contributo da Auditoria Externa na qualidade do Relato Financeiro e Não Financeiro e na Tomada de Decisões Económicas.

Já solicitei ao Sr.(a) Dr. (a) cerca de 5 minutos para responder ao meu questionário. Se, por acaso, já me respondeu, gostaria, antes de mais, pedir desculpa por este segundo envio e agradecer a sua colaboração.

Mais uma vez, saliento que o questionário é anónimo e confidencial.

Tendo presente que a sua opinião é valiosa. Para me poder ajudar a terminar com sucesso o mestrado, aceda, por favor, ao seguinte link:

<https://online.iscap.ipp.pt/iscapsurvey/index.php/935858?lang=pt>

Muito obrigada

Mónica Pires

Por favor, reencaminhe este email, caso não seja o contabilista certificado da empresa.

Se tiver alguma dúvida, não hesite em me contactar, 918 224 584.

Apêndice V – Descrição dos valores em falta

Variáveis	N	Média	Desvio-Padrão	Dados em falta	
				Total	%
QFA1	283	4,55	0,55	1	0,40
QFA2	279	4,48	0,61	5	1,80
QFA3	282	4,32	0,77	2	0,70
QFA4	283	4,36	0,72	1	0,40
QFA5	276	4,43	0,64	8	2,80
QFA6	277	4,46	0,61	7	2,50
QFA7	280	4,36	0,60	4	1,40
QFA8	222	3,18	1,31	62	21,80
QFA9	280	4,48	0,60	4	1,40
QFA10	248	3,92	0,94	36	12,70
QFA11	265	3,80	1,12	19	6,70
QFA12	255	3,85	1,11	29	10,20
QFA13	271	4,28	0,76	13	4,60
QCG1	219	3,97	0,67	65	22,90
QCG2	221	4,04	0,67	63	22,20
QCG3	222	4,03	0,64	62	21,80
QCG4	224	4,04	0,66	60	21,10
QCG5	218	4,00	0,67	66	23,20
QCG6	226	4,13	0,64	58	20,40
QCG7	223	4,10	0,67	61	21,50
QCG8	225	4,13	0,63	59	20,80
QCG9	222	4,05	0,67	62	21,80
QCG10	210	3,86	0,78	74	26,10
QCG11	211	4,00	0,69	73	25,70
QCG12	215	4,02	0,69	69	24,30
QSCI1	277	4,47	0,67	7	2,50
QSCI2	276	4,36	0,74	8	2,80
QSCI3	274	4,30	0,75	10	3,50
QSCI4	276	4,46	0,66	8	2,80
QSCI5	270	4,24	0,74	14	4,90
QSCI6	270	4,34	0,66	14	4,90
QSCI7	272	4,26	0,71	12	4,20
QRF1	283	4,62	0,56	1	0,40
QRF2	283	4,68	0,50	1	0,40
QRF3	282	4,48	0,64	2	0,70

Variáveis	N	Média	Desvio-Padrão	Dados em falta	
				Total	%
QRF4	280	4,34	0,66	4	1,40
QRF5	279	4,31	0,77	5	1,80
QRF6	282	4,35	0,74	2	0,70
QRF7	282	4,55	0,55	2	0,70
QRF8	277	4,26	0,87	7	2,50
QRNF1	261	4,15	0,65	23	8,10
QRNF2	255	4,15	0,69	29	10,20
QRNF3	252	4,08	0,68	32	11,30
QRNF4	254	3,96	0,79	30	10,60
QRNF5	250	3,94	0,83	34	12,00
URTD1	281	4,21	0,81	3	1,10
URTD2	262	3,99	0,84	22	7,70
URTD3	281	4,28	0,77	3	1,10
URTD4	263	4,03	0,84	21	7,40
URTD5	277	4,19	0,82	7	2,50
URTD6	282	4,29	0,73	2	0,70
STD1	281	4,28	0,59	3	1,10
STD2	277	4,27	0,63	7	2,50
STD3	274	4,25	0,67	10	3,50
STD4	279	4,27	0,61	5	1,80
STD5	281	4,39	0,61	3	1,10

Apêndice VI – Testes de normalidade de dados

Variáveis	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
QFA1	0,367	284	0,000	0,673	284	0,000
QFA2	0,323	284	0,000	0,694	284	0,000
QFA3	0,268	284	0,000	0,749	284	0,000
QFA4	0,279	284	0,000	0,735	284	0,000
QFA5	0,298	284	0,000	0,727	284	0,000
QFA6	0,312	284	0,000	0,720	284	0,000
QFA7	0,303	284	0,000	0,728	284	0,000
QFA8	0,156	284	0,000	0,918	284	0,000
QFA9	0,325	284	0,000	0,708	284	0,000
QFA10	0,289	284	0,000	0,825	284	0,000
QFA11	0,234	284	0,000	0,846	284	0,000
QFA12	0,239	284	0,000	0,844	284	0,000
QFA13	0,274	284	0,000	0,746	284	0,000
QCG1	0,384	284	0,000	0,679	284	0,000
QCG2	0,359	284	0,000	0,726	284	0,000
QCG3	0,376	284	0,000	0,685	284	0,000
QCG4	0,370	284	0,000	0,700	284	0,000
QCG5	0,370	284	0,000	0,715	284	0,000
QCG6	0,320	284	0,000	0,758	284	0,000
QCG7	0,321	284	0,000	0,771	284	0,000
QCG8	0,318	284	0,000	0,763	284	0,000
QCG9	0,347	284	0,000	0,745	284	0,000
QCG10	0,324	284	0,000	0,786	284	0,000
QCG11	0,374	284	0,000	0,708	284	0,000
QCG12	0,364	284	0,000	0,723	284	0,000
QSCI1	0,314	284	0,000	0,696	284	0,000
QSCI2	0,278	284	0,000	0,749	284	0,000
QSCI3	0,259	284	0,000	0,780	284	0,000
QSCI4	0,317	284	0,000	0,723	284	0,000
QSCI5	0,262	284	0,000	0,787	284	0,000
QSCI6	0,252	284	0,000	0,763	284	0,000
QSCI7	0,264	284	0,000	0,769	284	0,000
QRF1	0,406	284	0,000	0,653	284	0,000
QRF2	0,429	284	0,000	0,604	284	0,000
QRF3	0,327	284	0,000	0,692	284	0,000
QRF4	0,269	284	0,000	0,731	284	0,000

Variáveis	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
QRF5	0,257	284	0,000	0,737	284	0,000
QRF6	0,277	284	0,000	0,732	284	0,000
QRF7	0,364	284	0,000	0,681	284	0,000
QRF8	0,256	284	0,000	0,760	284	0,000
QRNF1	0,306	284	0,000	0,773	284	0,000
QRNF2	0,312	284	0,000	0,766	284	0,000
QRNF3	0,339	284	0,000	0,749	284	0,000
QRNF4	0,331	284	0,000	0,781	284	0,000
QRNF5	0,327	284	0,000	0,783	284	0,000
URTD1	0,273	284	0,000	0,769	284	0,000
URTD2	0,313	284	0,000	0,803	284	0,000
URTD3	0,259	284	0,000	0,755	284	0,000
URTD4	0,304	284	0,000	0,809	284	0,000
URTD5	0,280	284	0,000	0,776	284	0,000
URTD6	0,259	284	0,000	0,751	284	0,000
STD1	0,334	284	0,000	0,725	284	0,000
STD2	0,301	284	0,000	0,751	284	0,000
STD3	0,266	284	0,000	0,775	284	0,000
STD4	0,311	284	0,000	0,751	284	0,000
STD5	0,289	284	0,000	0,747	284	0,000

Apêndice VII – Análise descritiva

Variável	Estatística			Assimetria		Curtose	
	Mínimo	Máximo	Média	Estatística	Desvio-padrão	Estatística	Desvio-padrão
QFA1	2	5	4,56	-0,815	0,145	0,387	0,288
QFA2	2	5	4,48	-1,127	0,145	2,249	0,288
QFA3	1	5	4,32	-1,287	0,145	2,133	0,288
QFA4	1	5	4,36	-1,3	0,145	2,636	0,288
QFA5	1	5	4,43	-1,204	0,145	3,079	0,288
QFA6	1	5	4,46	-1,058	0,145	2,727	0,288
QFA7	2	5	4,36	-0,665	0,145	1,138	0,288
QFA8	1	5	3,18	-0,261	0,145	-0,682	0,288
QFA9	2	5	4,48	-1,004	0,145	1,536	0,288
QFA10	1	5	3,92	-0,961	0,145	1,074	0,288
QFA11	1	5	3,80	-0,804	0,145	-0,154	0,288
QFA12	1	5	3,85	-0,78	0,145	-0,209	0,288
QFA13	1	5	4,28	-1,409	0,145	3,308	0,288
QCG1	1	5	3,97	-1,12	0,145	4,414	0,288
QCG2	2	5	4,04	-0,677	0,145	2,261	0,288
QCG3	1	5	4,03	-0,971	0,145	4,57	0,288
QCG4	1	5	4,04	-0,991	0,145	4,153	0,288
QCG5	2	5	4,00	-0,633	0,145	2,14	0,288
QCG6	2	5	4,13	-0,598	0,145	2,115	0,288
QCG7	2	5	4,10	-0,549	0,145	1,597	0,288
QCG8	2	5	4,13	-0,482	0,145	1,772	0,288
QCG9	2	5	4,05	-0,584	0,145	1,865	0,288
QCG10	2	5	3,86	-0,779	0,145	1,628	0,288
QCG11	2	5	4,01	-0,729	0,145	2,389	0,288
QCG12	2	5	4,02	-0,719	0,145	2,228	0,288
QSCI1	1	5	4,47	-1,637	0,145	5,06	0,288
QSCI2	1	5	4,36	-1,312	0,145	2,444	0,288
QSCI3	2	5	4,30	-1,001	0,145	0,993	0,288
QSCI4	1	5	4,46	-1,319	0,145	3,021	0,288
QSCI5	2	5	4,24	-0,933	0,145	1,159	0,288
QSCI6	2	5	4,34	-0,908	0,145	1,466	0,288
QSCI7	1	5	4,27	-1,076	0,145	2,346	0,288
QRF1	3	5	4,62	-1,109	0,145	0,245	0,288
QRF2	2	5	4,68	-1,349	0,145	1,868	0,288
QRF3	1	5	4,48	-1,428	0,145	3,86	0,288

Variável	Estatística			Assimetria		Curtose	
	Mínimo	Máximo	Média	Estatística	Desvio-padrão	Estatística	Desvio-padrão
QRF4	2	5	4,34	-1,024	0,145	2,013	0,288
QRF5	2	5	4,31	-1,282	0,145	1,906	0,288
QRF6	2	5	4,35	-1,259	0,145	1,933	0,288
QRF7	2	5	4,55	-0,838	0,145	0,429	0,288
QRF8	1	5	4,26	-1,343	0,145	1,769	0,288
QRNF1	2	5	4,15	-0,599	0,145	1,368	0,288
QRNF2	1	5	4,15	-0,971	0,145	2,797	0,288
QRNF3	2	5	4,08	-0,833	0,145	2,076	0,288
QRNF4	1	5	3,96	-0,934	0,145	1,564	0,288
QRNF5	1	5	3,94	-0,96	0,145	1,365	0,288
URTD1	2	5	4,21	-1,098	0,145	1,1	0,288
URTD2	2	5	3,99	-0,8	0,145	0,557	0,288
URTD3	2	5	4,28	-1,149	0,145	1,495	0,288
URTD4	2	5	4,03	-0,792	0,145	0,519	0,288
URTD5	1	5	4,19	-1,261	0,145	2,324	0,288
URTD6	1	5	4,29	-1,185	0,145	2,362	0,288
STD1	2	5	4,29	-0,486	0,145	1,195	0,288
STD2	2	5	4,27	-0,632	0,145	1,241	0,288
STD3	2	5	4,25	-0,723	0,145	1,058	0,288
STD4	2	5	4,27	-0,52	0,145	0,901	0,288
STD5	2	5	4,39	-0,536	0,145	-0,046	0,288

Apêndice VIII – Fiabilidade das medidas do modelo

Cód.	Coefficiente estandardizado	Coefficiente ao quadrado	Erro
Fiabilidade das medidas de QFA			
QFA2	0,698	0,487	0,302
QFA3	0,761	0,579	0,239
QFA4	0,810	0,656	0,190
QFA5	0,883	0,780	0,117
QFA6	0,885	0,783	0,115
Total	4,037	3,285	0,963
MVE = 0,657		FC = 0,944	
Fiabilidade das medidas de QCG			
QCG1	0,788	0,621	0,212
QCG4	0,836	0,699	0,164
QCG5	0,863	0,745	0,137
QCG6	0,875	0,766	0,125
QCG7	0,895	0,801	0,105
QC11	0,895	0,801	0,105
Total	5,152	4,432	0,848
MVE = 0,739		FC = 0,969	
Fiabilidade das medidas de QSCI			
QSCI1	0,860	0,740	0,140
QSCI2	0,908	0,824	0,092
QSCI3	0,881	0,776	0,119
QSCI4	0,830	0,689	0,170
QSCI5	0,697	0,486	0,303
QSCI6	0,691	0,477	0,309
QSCI7	0,668	0,446	0,332
Total	5,535	4,439	1,465
MVE = 0,634		FC = 0,954	

Cód.	Coefficiente estandardizado	Coefficiente ao quadrado	Erro
Fiabilidade das medidas de QRF			
QRF1	0,630	0,397	0,370
QRF2	0,743	0,552	0,257
QRF3	0,785	0,616	0,215
QRF4	0,709	0,503	0,291
QRF5	0,680	0,462	0,320
QRF6	0,685	0,469	0,315
QRF7	0,780	0,608	0,220
Total	5,012	3,608	1,988
MVE = 0,515		FC = 0,927	
Fiabilidade das medidas de QRNF			
QRNF1	0,668	0,446	0,332
QRNF2	0,905	0,819	0,095
QRNF3	0,818	0,669	0,182
QRNF5	0,586	0,343	0,414
Total	2,977	2,278	1,023
MVE = 0,569		FC = 0,897	
Fiabilidade das medidas de URTD			
URTD1	0,787	0,619	0,213
URTD4	0,778	0,605	0,222
URTD5	0,704	0,496	0,296
URTD6	0,804	0,646	0,196
Total	3,073	2,367	0,927
MVE = 0,592		FC = 0,911	
Fiabilidade das medidas de STD			
STD1	0,800	0,640	0,200
STD2	0,826	0,682	0,174
STD3	0,809	0,654	0,191
STD4	0,890	0,792	0,110
STD5	0,733	0,537	0,267
Total	4,058	3,306	0,942
MVE = 0,661		FC = 0,946	

Média da Variância Extraída	$MVE = \frac{\sum(\lambda_p^2)}{k}$
Fiabilidade compósita	$CR = \frac{(\sum \lambda)^2}{(\sum \lambda)^2 + \sum \epsilon}$